



bases
FUNDAÇÃO BANE B DE
SEGURIDADE SOCIAL

2 0 1 5

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES



Órgãos Estatutários

Diretoria Executiva

Dirlene Rios da Silva

Presidente

Ednaldo Moitinho Alves

Diretor de Seguridade

Jorge Luiz de Souza

Diretor Administrativo e Financeiro

Conselho Deliberativo

Lauzimar Gomes Lima - Presidente

Antônio Alberto Pinto Brandão de Souza

Eduardo Augusto Furtado Correa

Ezequiel dos Anjos

José Aziz Raimundo Filho

Adenivaldo Nunes de Almeida (Suplente)

Gabriel dos Santos Evangelista (Suplente)

José Leandro Gomes (Suplente)

Mirian Pinho Oliveira Rosa (Suplente)

Conselho Fiscal

Antônio Martins Neto - Presidente

Edvaldo Oliveira Souza Filho

Silvadir Duarte Amazonas Pedroso

Janete Gomes Ramos de Carvalho (Suplente)

Odeval Fonseca Araújo (Suplente)

Tânia Maria Cardoso Santos (Suplente)

Seja muito bem-vindo!

A BASES apresenta o seu Relatório Anual referente ao ano de 2015, com as principais informações que permitem a você acompanhar de perto o seu plano de benefícios.

O Relatório Anual de Informações é uma obrigação legal prevista na Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC nº 23, de 6/12/2006). O seu conteúdo está em consonância com os aspectos legais estabelecidos pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Em setembro de 2014, a Previc publicou a Instrução n.º 11, dispensando as EFPC do envio, por meio impresso, do resumo do relatório anual de informações aos participantes ativos e assistidos. Por isso, este documento estará disponível somente aqui no site da Bases. A decisão é fruto de demandas do próprio setor de previdência e visa desoneração de custos de impressão, postagem, além de princípios de sustentabilidade ambiental.

Este Relatório está em linha com os princípios da BASES, retratando a transparência, governança corporativa e seriedade que orientam todas as ações da Entidade.

Em caso de dúvidas, entre em contato conosco. Teremos o maior prazer em ajudá-lo.

Fundação Baneb de Seguridade Social - BASES

Prezado Participante

Em 2015, a BASES alcançou mais de R\$ 890 milhões em recursos garantidores com a responsabilidade pelo pagamento de 1.453 benefícios, nos dois Planos que administra.

Mostrar os resultados alcançados ao final de um ano inteiro de trabalho é ter a sensação de dever cumprido, graças aos esforços, dedicação e trabalho de todos os envolvidos.

Ao longo de sua existência, a Fundação Baneb consolidou-se como uma grande conquista dos funcionários do antigo Banco do Estado da Bahia.

A BASES sempre honrou com seus compromissos, pagando os benefícios rigorosamente em dia e exercendo, portanto, a função essencial de um fundo de pensão, que é garantir a tranquilidade de seus participantes ao fim da vida laboral.

Por isso, é com grata satisfação que apresentamos o RAI- Relatório Anual de Informações de 2015, um importante instrumento de transparência e de comunicação com os nossos participantes e assistidos.

Neste relatório, apresentamos, entre outros dados, as Demonstrações Contábeis, Receitas e Despesas dos Planos de Benefícios, Resumo do Demonstrativo de Investimentos, Resumo da Política de Investimentos, Pareceres Atuariais, de Auditores Independentes e dos Conselhos Fiscal e Deliberativo, documentos que comprovam a saúde financeira e atuarial da Entidade desde a sua criação até o momento atual.

Nosso desejo é que você confira cada informação e procure compreender o desempenho e o progresso da Fundação, para que fique claro o compromisso da Entidade com o futuro almejado para todos os participantes e assistidos.

Reconhecemos que os resultados de 2015 requerem muita atenção, porém temos certeza de que a solidez acumulada pela BASES ao longo de seus quase 30 anos é forte o suficiente para absorver impactos pontuais.

Temos o desafio de rentabilizar mais os investimentos, porém buscar rentabilidade acima da média significa aumentar o risco. E como uma entidade de previdência complementar, que administra recursos de trabalhadores, não é prudente correr grandes riscos.

Para 2016, a Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal permanecerão trabalhando para garantir as melhores práticas de gestão da nossa Entidade. Sua participação é fundamental nesta trajetória.

Tenha plena confiança de que não serão medidos esforços para fazer a BASES cada vez mais forte e valorizada.

Dirlene Rios da Silva
Presidente

Ednaldo Moitinho Alves
Diretor de Segurança

Jorge Luiz de Souza
Diretor Administrativo e Financeiro

Entenda os documentos a seguir

>> **Demonstração Atuarial** é uma exigência da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O documento é desenvolvido para o cadastro e envio anual dos estudos atuariais dos Planos de Benefícios de Previdência Complementar à PREVIC, de forma a analisar o nível de reservas e a situação financeiro atuarial do Plano.

>> **Parecer Atuarial** é um relatório preparado por um profissional especializado em previdência (atuário), que apresenta estudos técnicos sobre o plano de previdência. Seu objetivo é avaliar a situação financeiro-atuarial da Entidade, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos Planos de modo a honrar o pagamento dos benefícios presentes e futuros.

>> **Hipóteses Atuarias** são informações estatísticas sobre os participantes de um fundo de pensão, que determinam as características da massa de participantes e da Entidade, os objetivos pretendidos e os benefícios a conceder. Com base nas premissas são calculadas as aposentadorias e os recursos financeiros necessários à cobertura dos benefícios futuros.

>> **Demonstrativo de Investimentos** revela a alocação de recursos da Entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável, etc.), a diferença entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial da Entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

>> **Política de investimentos** é um documento de periodicidade anual que apresenta diversas informações auxiliam na avaliação dos recursos investidos, na escolha das instituições financeiras que vão administrar os investimentos e na avaliação dos limites de risco de mercado e de crédito, por exemplo.

>> **Custos com Administração de Recursos** mostra os valores que incidem sobre o patrimônio do fundo e cobre despesas com a administração dos recursos. Envolve a remuneração de gestores dos recursos.

>> **Balanco Patrimonial** apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em 31 de dezembro, representando, portanto, uma posição estática. O ativo é o conjunto de bens, direitos e aplicações de recursos e o passivo compreende as obrigações para com os participantes e terceiros.

>> **Demonstração do Ativo Líquido por Plano** evidencia a composição do ativo líquido do plano de benefícios no exercício a que se referir, apresentando saldos de contas do ativo e passivo.

>> **Demonstração da Mutaçao do Patrimônio Social Consolidada** apresenta a movimentação do patrimônio social da Entidade através das adições (entradas) e deduções (saídas) de recursos.

>> **Demonstração da Mutaçao do Ativo Líquido Por Plano** apresenta a movimentação do ativo líquido do plano de benefícios através das adições (entradas) e deduções (saídas) de recursos.

>> **Demonstração das Provisões Técnicas Por Plano** representam a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios da Entidade.

>> **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada** revela a atividade administrativa da Entidade apresentando a movimentação do fundo administrativo através das receitas, despesas e rendimento obtido no exercício a que se referir.

Observação: As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



GESTÃO DE **benefícios**

Quadro de Participantes

A BASES encerrou o exercício de 2015 com um total de 2.197 participantes, distribuídos entre os seus planos de benefícios. Desse total, 1.453 são assistidos (pessoas que estão recebendo benefícios), 707 ativos e 37 autopatrocinados (participante que perde o vínculo empregatício com a empresa patrocinadora e opta em permanecer na Bases, contribuindo mensalmente, com os mesmos valores de quando estava ativo, ou seja, com os valores de suas contribuições e os do patrocinador. A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

PARTICIPANTES	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos	120	127	587	618	707	745
Autopatrocinados	9	10	28	28	37	38
Assistidos	1.139	1.145	282	275	1.421	1.420
Tempo de Serviço	582	585	48	48	630	633
Invalidez	339	349	172	170	511	519
Pré-Invalidez	0	0	46	43	46	43
Idade	9	9	2	1	11	10
Pensionistas	209	202	14	13	223	215

Folha de Benefícios

As despesas previdenciais com a folha de benefícios no ano de 2015 foram de R\$ 49.802.374,10. A folha do Plano Básico totalizou R\$ 43.772.772,78 e a folha do Plano Misto, R\$ 6.029.601,32. A seguir, os quadros com a comparação entre os anos de 2014 e 2015.

TIPO DE BENEFÍCIO	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO	
	VALOR		VALOR	
	2015	2014	2015	2014
Tempo de Serviço	30.095.979,57	28.772.249,74	1.432.207,57	1.496.236,64
Idade	109.857,67	103.415,00	101.891,75	54.280,72
Invalidez	7.290.077,07	7.047.279,07	3.460.060,76	4.115.474,67
Pré-Invalidez	-	-	661.516,97	600.878,08
Pensão	6.276.858,47	6.279.120,54	373.924,27	349.543,81
Total (R\$mil)	43.772.772,78	42.202.064,35	6.029.601,32	6.616.413,92

Receitas

As receitas dos Planos de Benefícios são representados pelas contribuições dos patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. Em 2015, as receitas, somados os dois Planos de Benefícios, alcançaram o valor de R\$ 8.127.327,29.

CONTRIBUIÇÕES	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO	
	VALOR		VALOR	
	2015	2014	2015	2014
Ativos	417.379,44	390.153,18	3.050.022,50	2.167.916,25
Assistidos	2.548.382,55	2.426.201,89	-	-
Patronal	712.690,87	955.489,44	1.398.851,93	1.328.722,39
Total	3.678.452,86	3.771.844,51	4.448.874,43	3.496.638,64

Demonstrações Atuariais do Plano Básico

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19.860.002-65

CPF do atuário: 405.910.507-49

CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial de encerramento do Exercício de 2015

Data do Cadastro: 31/10/2015

Data da Avaliação: 31/12/2015

Observações: Base outubro de 2015, com a provisão de reajuste, para colocar a preços de 31/12/2015, no que se refere a Avaliação Atuarial. Plano em extinção desde 01/07/1998.

III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:

Duration do passivo (em meses): 118,92

Observações: Duração do passivo, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, calculado por meio de planilha eletrônica divulgada na página da Previc.

IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio:

Patrocinadores e Instituidores: BANEBCORRETORA DE SEG. S/A: 14.510.304/0001-18

FUNDAÇÃO BANEBCORRETORA DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.753/0001-93

BANCO ALVORADA S/A: 33.870.163/0001-84

Participantes Ativos: 131 (125 Ativos + 6 Benefícios Proporcionais Diferidos).

Folha de Salário de Participação *1: $13 \times R\$ 637.332,79 = R\$ 8.285.326,27$

Tempo de Contribuição à Entidade (médio) = 347 meses

Tempo remanescente para aposentadoria programada (médio) = 24 meses

*1: Corresponde à Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos.

Seção das hipóteses atuariais:

1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5% ao ano.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5% ao ano.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1,72% ao ano.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2015, a rentabilidade real obtida pelo Patrimônio de Cobertura foi de 1,72% ao ano, inferior a meta atuarial real de rentabilidade de 5,00% ao ano esperada para o exercício, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

Opinião do Atuário: A BASES contratou assessoria econômica financeira para realização de Estudo Técnico de ALM-Asset Liability Management para adequação e aderência da Taxa Real de Juros Atuarial a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2015 do Plano, utilizando como base o Fluxo Probabilístico de Receitas e Despesas Previdenciárias feito pela JESSÉ MONTELLO, com o objetivo de auxiliar na definição da estratégia de investimento dos recursos da Entidade. O estudo apresentou a estimativa do comportamento das principais variáveis econômicas no período projetado, visando embasar o estabelecimento de estratégias de investimento que permitam a redução dos riscos envolvidos, bem como a maximização dos retornos esperados. Tais estudos atualmente estão subsidiando a política de investimentos da BASES e consubstanciaram a decisão do Conselho Deliberativo pela manutenção da Taxa Real de Juros de 5% ao ano para fins da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2015, considerando que, como evidenciado, essa Taxa Real de Juros do Plano Básico da BASES se mostra compatível e aderente com as projeções de rentabilidade real estimadas para os investimentos desse Plano para todo o horizonte de projeção, levando em consideração que tal taxa real de juros atende aos limites determinados na legislação em vigor, o que, conforme estabelecido no Item 69 do Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, permite que o Atuário embase sua proposição em estudos de outros profissionais, detentores da qualificação requerida, levando em consideração que

tal taxa real de juros atende ao limite máximo determinado na Duração do Passivo calculada em 10 anos por meio de planilha eletrônica divulgada na página da PREVIC, com base na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006 e Portaria PREVIC nº 197 de 14/04/2015, que há viabilidade técnica para a BASES adotar para o Plano Básico, na Avaliação Atuarial de 31/12/2015, a taxa de desconto de 5,00% ao ano, por estar dentro do corredor estabelecido pelos limites inferior e superior de que trata o item 4.2 do Anexo à Resolução nº 18, de 28 de março de 2006: Taxa Mínima de 3,68% a.a., Taxa Referência de 5,25% a.a. e Taxa Máxima de 5,65% a.a..

Justificativa EFPC: A Bases realizou estudo de aderência elaborado pela Riskoffice com base em outubro/2015 que afirma que as condições da carteira atual de ativos do Plano Básico estão de acordo com as características do passivo atuarial considerando os cenários econômicos adotados pela consultoria para as projeções. A mediana dos retornos reais (da carteira atual) dos anos apresentados resulta em uma taxa média ao ano de 5,70%. Considerando a mediana das simulações observamos aderência entre a meta atuarial do Plano e a expectativa de retorno da carteira (o resultado de liquidez apresentado anteriormente comprova a aderência da carteira em fluxo de caixa para garantia do pagamento das obrigações atuariais), neste contexto, o Conselho Deliberativo definiu pela manutenção da Taxa Real de Descontos / Juros, no patamar de 5% ao ano, devendo passar pela avaliação dos estudos econômicos-financeiros sobre a viabilidade de obtenção dessa taxa real de retorno dos investimentos ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano.

2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: 0% ao ano (em média) ao longo dos anos remanescentes de atividade.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2015, tomando por base o Salário de Participação, não foi obtido, em média, Crescimento Real dos Salários acima da inflação medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem no exercício de 2015.

Opinião do Atuário: A perspectiva de obtenção de 0% ao ano para a premissa de Crescimento Real de Salário ao longo dos anos futuros de atividade dos atuais Participantes Ativos do Plano, ou seja, sem perspectiva de Crescimentos Salariais acima da inflação, foi adotada considerando os resultados do estudo de projeção salarial realizado ao longo do exercício de 2015, bem como de acordo com informações apresentadas pelo Patrocinador, considerando que, por se tratar de hipótese econômico-financeira, no que o Patrocinador entender guardar relação com suas respectivas atividades, deve apresentar manifestação por escrito sobre a utilização destas hipóteses na avaliação atuarial do ano de 2015, nos termos do subitem 1.2. do Regulamento apresentado no Anexo da Resolução CGPC / MPS Nº18 de 28/03/2006.

Justificativa EFPC: Essa hipótese foi adotada de acordo com informações apresentadas pelo patrocinador.

3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: 100%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 100%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 100%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando a Justificativa da EFPC e a Opinião do Atuário, tanto a quantidade ocorrida no exercício encerrado, quanto ao esperado no exercício seguinte, assumem o valor 100,00%.

Opinião do Atuário: Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

Justificativa EFPC: Essa hipótese foi adotada de acordo com informações apresentadas pelo patrocinador.

4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 94,22%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A inflação de 2015, medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, foi de 10,97% ao ano, ou seja, acima da inflação média anual de longo prazo adotado de 3,6% ao ano.

Opinião do Atuário: O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano

tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano (em fase de extinção desde 01/07/1998) e, assim, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil para o ano de 2015.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na opinião do Atuário.

5) Hipótese: Rotatividade

Valor: Nula.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Nenhuma saída (já que se está trabalhando com rotatividade nula).

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ver a opinião do Atuário.

Opinião do Atuário: Considerando tratar-se de um Plano fechado desde 01/07/1998, com reduzido quantitativo de empregados participantes e com idade média próxima à idade de entrada em benefício de aposentadoria programada, é de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com o Patrocinador antes de preencher as condições para entrar em gozo de benefício, optem pelo instituto do autopatrocínio ou pelo instituto do benefício proporcional diferido, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício.

Justificativa EFPC: Adotou-se taxa de rotatividade nula, compatível com as informações apresentadas pelo patrocinador e com a opção pelo Benefício Proporcional Diferido por parte de todos os Participantes que percam o vínculo empregatício com o patrocinador antes da entrada em gozo de benefício.

6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 11.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 7.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1350/2015, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Através do Método “MONTELLO”, foram apresentados os estudos de aderência de tábuas de mortalidade descritos no JM/1350/2015, envolvendo a experiência observada na mortalidade de assistidos sem ser por invalidez, em períodos situados entre o início de 2008 e o final de 2014, tendo sido deliberado pelo Conselho Deliberativo da BASES a manutenção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%” nesta reavaliação atuarial de 31/12/2015, já que o nível de aderência dessa Tábua representou, através dos resultados dos testes realizados, em geral, uma cobertura de 100% (ou 1,0000), ou seja, apresentou, uma Reserva Matemática Esperada igual ou superior à Reserva Matemática Efetiva (com valores de relação maiores ou iguais a 1,0000).

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade geral AT-2000 (masculina) desagravada em 13% à massa populacional do Plano e a referida tábua atende à exigência estabelecida no item 2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006.

7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1350/2015, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “da AT-83 (masculina)”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%”, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado, bem como considerando que o nível de aderência dessa Tábua representou, através dos resultados dos testes realizados, uma cobertura de 100% (ou 1,0000), ou seja, apresentou, uma Reserva Matemática Esperada igual ou superior à Reserva Matemática Efetiva (com valores de relação maiores ou iguais a 1,0000).

Justificativa EFPC: Nos testes de aderência realizados, considera-se que para obter indicativo sobre a Tábua de Mortalidade de Inválidos, o mais recomendável é a utilização de uma tábua de mortalidade de

inválidos da mesma família da tábua de mortalidade geral adotada, porém com um nível de mortalidade mais elevado. Os testes demonstram a aderência da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-83 à massa de inválidos do Plano e mantém correlação com o nível de mortalidade geral adotada.

8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 2.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1349/2015, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foi apresentado, através do JM/1349/2015, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que concluiu que a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5% é aceita para elaboração da avaliação atuarial do Plano, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para avaliar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: A Entidade optou pela alteração da Tábua de Entrada em Invalidez para a LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%, sugerida pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, por esta apresentar aderência ao Plano básico da BASES, conforme teste apresentado no JM/1349/2015.

9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Benefícios Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O esperado para o exercício seguinte toma por base o ocorrido no exercício encerrado, que foi calculado considerando a média dos beneficiários vitalícios por participante / grupo de pensionistas.

Opinião do Atuário: É adotada a Família Efetiva para os Benefícios de Pensões por Morte já Concedidos desde a avaliação atuarial de 31/12/2012. Dessa forma, os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e os Benefícios de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional periodicamente revista, o que vem sendo analisado desde então pela BASES, com base em Estudos de Hipóteses, a fim de ajustar toda a avaliação atuarial dos benefícios já concedidos pelo Plano utilizando a composição familiar efetiva com base no cadastro da BASES.

Justificativa EFPC: Durante o exercício de 2013, a BASES deu continuidade ao recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários e, acatando recomendação do atuário responsável pelo plano de benefícios, manteve a alteração da hipótese de composição de família de pensionistas de “experiência regional” para “família efetiva”, aplicável aos benefícios de pensão por morte de participante, já concedidos.

10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,6%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 10,97%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O índice de 10,97% corresponde ao INPC-IBGE, de dezembro/2014 a novembro/2015, com um mês de defasagem. Deve-se destacar que o indexador esperado para o exercício seguinte corresponde a uma estimativa, com base na hipótese do Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade.

Opinião do Atuário: O Indexador do Plano é o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um índice oficial de inflação, calculado pelo IBGE, que expressa a perda do poder aquisitivo da renda dos trabalhadores.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 30

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 4

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: No Regulamento do Plano, para o caso de saída antecipada de participantes que entrem em benefício de aposentadoria por tempo de serviço normal ou especial, está prevista a aplicação de redutores que levam a que os valores das correspondentes Provisões (Reservas) Matemáticas não superem aos que estão sendo constituídos para a entrada em benefício de aposentadoria no momento em que o participante preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Portanto, a Avaliação Atuarial do Plano, considera, conforme previsto no Regulamento, a saída antecipada de participantes que entrem em gozo de benefício de aposentadoria normal ou especial.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

Seção dos Benefícios:

1) Benefício: Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Quantidade de benefícios concedidos: 581

Valor médio do benefício: R\$ 3.943,11

Idade média dos assistidos: 71 anos

REFERERENCIA	BENEFÍCIOS				GERAL
	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO	IDADE	INVALIDEZ	PENSÃO	2015
ESTATÍSTICA					
Qtd de benefícios recebidos	581	9	340	201	1.131
Valor médio do benefício	3.943,11	938,95	1.636,03	2.426,06	2.236,04
Idade média dos assistidos (em anos)	71	77	62	69	70
Provisão Matemática Benefícios Concedidos					
VABF Programados- Assistidos	355.621.679,35	2.567.008,12		20.119.439,05	378.308.126,53
VABF Não Programados- Assistidos	-	-	137.883.077,97	24.555.890,77	162.438.968,74
Provisão Matemática Benefícios a Conceder					
BD Capitalização Programado (2)					
VABF	30.385.875,97	-	-	-	30.385.875,97
VACF Patrocinadores	(261.547,63)	-	-	-	(261.547,63)
VACF Participantes	(137.757,73)	-	-	-	(137.757,73)
BD Capitalização Não Programado					
VABF	-	-	8.985.696,53	2.282.471,45	11.268.167,98
VACF Patrocinadores	-	-	(77.344,74)	(19.646,46)	(96.991,20)
VACF Participantes	-	-	(40.737,65)	(10.347,84)	(51.085,49)
Custo do Ano - Participante Não Assistido	815.225,12	-	241.110,51	61.244,87	1.117.690,50
Custo do Ano - Participante Assistido	-	-	-	-	2.969.875,88

Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor:-

Prazo:-

Assistidos:

Valor:-

Prazo:-

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor:-

Prazo:-

Assistidos:

Valor:-

Prazo:-

Outras Finalidades:

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

NOTA: Não há contratos para serem preenchidos neste campo, conforme informado pela BASES.

Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 587.740.705,46 (*1)

Insuficiência de Cobertura do Plano:

(*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES.

e) Seção dos fundos previdenciais atuariais:

Finalidade:

Fonte de Custeio:

Recursos Recebidos no Exercício:

Recursos Utilizados no Exercício:

Sado:

f) Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador:-

Participantes Ativos:-

Assistidos:-

Resultado positivo do exercício: R\$-

Resultado negativo do exercício: R\$ 4.588.112,88 (*1)

Déficit Técnico: R\$-

Reserva de Contingência: R\$ 5.886.948,29

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$-

(*1) Valor obtido a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2014 e de 31/12/2015 informados pela BASES, tendo como base o resultado do Plano nos respectivos exercícios.

Plano de Custeio

1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:

% Contribuição do Patrocinador × (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)
8,988% × (13 × R\$ 637.332,79) = R\$ 744.685,13.

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Equacionamento de Déficit:-

3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado:-

4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades:-

5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo × (13 × Folha de Salário dos Participantes Ativos)
4,502% × (13 × R\$ 637.332,79) = R\$ 373.005,39.

6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Equacionamento de Déficit:-

7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Serviço Passado:-

8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Outras Finalidades:-

9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Assistido × (13 × Folha de Benefício dos Participantes Assistidos)
8,00% × (13 × R\$ 2.855.649,88) = R\$ 2.969.875,88

10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Equacionamento do Déficit:-

11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Serviço Passado:-

12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Outras Finalidades:-

13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar:-

14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Patrocinador:-

15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Participantes:-

16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Assistidos:-

17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2016.

Parecer Atuarial do Plano Básico

Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano de Benefícios Definidos da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 13,490% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 8% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios), conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	CUSTO	
	ANO ANTERIOR	ANO ANTERIOR
TIPO DE BENEFÍCIO		
APOSENTADORIAS *1	10,542%	10,153%
INVALIDEZ	0,590%	0,346%
PENSÃO POR MORTE	0,013%	0,010%
PECÚLIO POR MORTE *2	0,96%	0,957%
AUXÍLIO RECLUSÃO *2	-	-
SUB-TOTAL (1)	12,105%	11,466%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	2,136%	2,024%
SUB-TOTAL (2)	2,136%	2,024%
TOTAL (1)+(2)	14,241%	13,490%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Custo coberto por contribuições paritárias entre Participantes e Patrocinador: 15% das Contribuições Normais.

2) O custo total reavaliado de 13,490% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2016, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	5,253%	4,502%
Contribuição Normal do Patrocinador (*1)	8,988%	8,988%
Sub-Total	14,241%	13,490%
Contribuição Suplementar	-	-
Total Contribuições (Patrocinador + Participantes Ativos)	14,241%	13,490%
Contribuições Normais dos Assistidos	8,00%	8,00%
Aposentados Assistidos	8,00%	8,00%
Pensionistas Assistidos	-	-

*1: A contribuição do Patrocinador, de acordo com o Regulamento do Plano, teve redução de 0,359%, ou seja, de 9,347% para 8,988%, de acordo com a letra "c" do item IV do art. 101 a partir de maio de 2006, bem como, tem prevista outra redução de 0,605% de acordo com a letra "b" do item IV do art. 101 a partir de maio de 2016.

NOTA: A contribuição dos autopatrocinados, com base nos resultados da presente avaliação atuarial, relativa à parcela que os mesmos fazem à parte do Patrocinador, deverá ser ajustada, a partir do início de vigência do Plano de Custeio para o exercício de 2016, para o correspondente a 1,9964 vezes a contribuição que fazem relativamente à parte do Participante.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 13,490% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado em 31/12/2015, de 13,490% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado em 31/12/2015.

Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2014 para o final do ano de 2015, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte (em R\$):

(valores em R\$)

Referência	31/12/2014	31/12/2015	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	488.499.312,95	540.747.095,27	10,70%
Provisão de Benefícios a Conceder	61.294.561,73	41.106.661,9	-32,94%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	549.793.874,68	581.853.757,17	5,83%

Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido (Plano Básico) da BASES, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 01/07/1998, a novas adesões de participantes, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial de 31/12/2014, com exceção a adoção da Tábua de Entrada em Invalidez Light Forte Agravada em 5%, considerando que estão sendo mantidas a partir de 01/04/2016 as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 5.886.948,29, equivalente a 1,00% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 587.740.705,46.

2) A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2015 pelo Patrimônio de Cobertura do Plano foi de 12,92% contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 16,56%, o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 1,72% contra uma meta atuarial de 5% ao ano, tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES, na obtenção das referidas rentabilidades.

3) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Light Forte Agravada em 5%.

iv) Rotatividade: Nula.

v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.

vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Mantida em 0% ao ano.

vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde à média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Em relação à composição familiar, é adotada a Família Efetiva nos Benefícios já Concedidos de Pensões por Morte e continua sendo adotada a Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Benefícios já Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

x) Entrada em aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta D.A. e o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios do Plano, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial de 31/12/2015, refletida nesta DA Extraordinária.

Variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

REFERÊNCIA	VALOR
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2014 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2015 (*1)	R\$ 12.209.731,30
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para 31/12/2015 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2014 evoluído para 31/12/2015 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade	R\$ (19.725.111,74)
Ganho referente a resultado positivo de reavaliação com novos valores de SRB na base cadastral	R\$ 15.512.953,62
Ganho referente adoção da Tábua de Entrada em Invalidez Light Forte Agravada em 5%	R\$ 357.555,13
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)	R\$ (2.468.180,02)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015	R\$ 5.886.948,29
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ 5.886.948,29
a.1) Superávit Técnico Acumulado	R\$ 5.886.948,29
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$-
b) Ajuste de Precificação	R\$ (7.507.664,62)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b) (*3)	R\$ (1.620.716,33)

(*1): R\$ 12.209.731,30 = 10.475.061,17 x 1,1656 (tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES).

(*2): Equivale a 0,42% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015, que foi de R\$ 581.853.757,17 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício, inclusive sobre a perspectiva apresentada para o exercício em relação a Hipótese de Crescimento Salarial (vide “Seção a)” desta DA).

(*3): Equivalente a 0,28% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial 31/12/2015, que foi de R\$ 581.853.757,17.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2015, nos termos da legislação vigente, mostra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo o objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, passível de destinação e utilização facultativa ou obrigatória, considerando que este Resultado Técnico, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (1.620.716,33), equivalente a 0,28% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 581.853.757,17, tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 5,00% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ (7.507.664,62) em 31/12/2015, que tomando por base a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, não há imperativo para que este Equilíbrio Técnico Ajustado de (1.620.716,33), seja equacionado ao longo do exercício de 2016, sabendo que este valor representa 0,28% das Provisões Matemáticas, estando assim abaixo do limite calculado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo calculada em } 9,91 - 4)$, que é igual a 5,91%.

Soluções para Equacionamento do Déficit:

Apesar do Plano Básico ter registrado um Superávit Técnico Acumulado em 31/12/2015, nos termos da legislação vigente, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, este resultado corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ (1.620.716,33), equivalente a 0,28% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 581.853.757,17, tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação totaliza R\$ (7.507.664,62) em 31/12/2015, onde tomando por base a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, não há imperativo para que este Equilíbrio Técnico Ajustado de (1.620.716,33), seja equacionado ao longo do exercício de 2016, sabendo que este valor representa 0,28% das Provisões Matemáticas, estando assim abaixo do limite calculado pela fórmula $1\% \times (\text{duração do passivo calculada em } 9,91 - 4)$, que é igual a 5,91%.

Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2016

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426

Demonstrações Atuariais do Plano Misto

I - INFORMAÇÕES CADASTRAIS:

CNPB: 19.980.037-11

CPF do atuário: 405.910.507-49

CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

II - INFORMAÇÕES SOBRE A AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2015

Data do Cadastro: 31/10/2015

Data da Avaliação: 31/12/2015

Observações: Base outubro de 2015, com a provisão de reajuste, para colocar a preços de dezembro de 2015.

III - INFORMAÇÕES SOBRE A DURATION DO PASSIVO DO PLANO DE BENEFÍCIOS:

Duration do passivo (em meses): 149,16

Observações: Duração do passivo, equivalente a média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do Plano, líquidos de contribuições incidentes sobre esses benefícios, calculado por meio de planilha eletrônica divulgada na página da Previc.

IV - DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL:

Grupo de Custeio:

Patrocinadores e Instituidores:

BANEB CORRETORA DE SEG. S/A: 14.510.304/0001-18

FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.753/0001-93

BANCO ALVORADA S/A: 33.870.163/0001-84

Participantes Ativos: 664 (642 Ativos / Autopatrocinaados + 22 Benefícios Proporcionais Diferidos)

Folha de Salário de Participação *1: $13 \times R\$ 3.258.039,31 = R\$ 42.354.511,03$

Tempo de Contribuição à Entidade (médio) = 325 meses

Tempo remanescente para aposentadoria programada (médio) = 41 meses

*1: Corresponde à Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos.

Seção das hipóteses atuariais:

1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 4,75% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: 4,75%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1,94%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2015, a rentabilidade real obtida pelo Patrimônio de Cobertura foi de 1,94% ao ano, superior a meta atuarial real de rentabilidade de 4,75% ao ano esperada para o exercício, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

Opinião do Atuário: A BASES contratou assessoria econômica financeira para realização de Estudo Técnico de ALM-Asset Liability Management para adequação e aderência da Taxa Real de Juros Atuarial a ser utilizada na Avaliação Atuarial de 31/12/2015 do Plano, utilizando como base o Fluxo Probabilístico de Receitas e Despesas Previdenciárias feito pela JESSÉ MONTELLO, com o objetivo de auxiliar na definição da estratégia de investimento dos recursos da Entidade. O estudo apresentou a estimativa do comportamento das principais variáveis econômicas no período projetado, visando embasar o estabelecimento de estratégias de investimento que permitam a redução dos riscos envolvidos, bem como a maximização dos retornos esperados. Tais estudos atualmente estão subsidiando a política de investimentos da BASES e consubstanciaram a decisão do Conselho Deliberativo pela manutenção da Taxa Real de Juros de 4,75% ao ano para fins da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2015, considerando que, como evidenciado, essa Taxa Real de Juros do Plano Misto da BASES se mostra compatível e aderente

com as projeções de rentabilidade real estimadas para os investimentos desse Plano para todo o horizonte de projeção, levando em consideração que tal taxa real de juros atende aos limites determinados na legislação em vigor, o que, conforme estabelecido no Item 69 do Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, permite que o Atuário embase sua proposição em estudos de outros profissionais, detentores da qualificação requerida, levando em consideração que tal taxa real de juros atende ao limite máximo determinado na Duração do Passivo calculada em 12,6 anos por meio de planilha eletrônica divulgada na página da PREVIC, com base na Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006 e Portaria PREVIC nº 197 de 14/04/2015, que há viabilidade técnica para a BASES adotar para o Plano Misto, na Avaliação Atuarial de 31/12/2015, a taxa de desconto de 4,75% ao ano, por estar dentro do corredor estabelecido pelos limites inferior e superior de que trata o item 4.2 do Anexo à Resolução nº 18, de 28 de março de 2006: Taxa Mínima de 3,73% a.a., Taxa Referência de 5,73% a.a. e Taxa Máxima de 5,33% a.a..

Justificativa EFPC: A Bases realizou estudo de aderência elaborado pela Riskoffice com base em outubro/2015 que afirma que as condições da carteira atual de ativos do Plano Misto I estão de acordo com as características do passivo atuarial considerando os cenários econômicos adotados pela consultoria para as projeções. A mediana dos retornos reais (da carteira atual) dos anos apresentados resulta em uma taxa média ao ano de 5,44%. Considerando a mediana das simulações observamos aderência entre a meta atuarial do plano e a expectativa de retorno da carteira (o resultado de liquidez apresentado anteriormente comprova a aderência da carteira em fluxo de caixa para garantia do pagamento das obrigações atuariais). Neste contexto, verificamos que a Taxa Real de Descontos/Juros, encontra-se num patamar superior dos 4,75% ao ano, desta forma, visando alinhar a precificação do ativo e do passivo atuarial, o Conselho Deliberativo definiu por manter a taxa de desconto/juros do Plano Misto I de 4,75%. Lembrando que a mesma deve passar pela avaliação dos estudos econômico-financeiros sobre a viabilidade de obtenção dessa taxa real de retorno dos investimentos ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano.

2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: Não aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte:-

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:-

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:-

Opinião do Atuário:-

Justificativa EFPC:-

3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte:-

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:-

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:-

Opinião do Atuário:-

Justificativa EFPC:-

4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 94,35%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A inflação de 2015, medida pelo IGP-M da FGV aplicado com 1 mês de defasagem, foi de 10,69% ao ano, ou seja, acima da inflação média anual de longo prazo adotado de 3,6% ao ano.

Opinião do Atuário: O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos de existência desse Plano e, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Justificativa EFPC: O fator de capacidade utilizado atualmente é o de 0,98 (98%), ou seja, projeta uma

inflação média anual de 3,6%, que se encontra dentro do referido campo de variação da meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil.

5) Hipótese: Rotatividade

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte:-

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:-

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:-

Opinião do Atuário:-

Justificativa EFPC:-

6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: “ q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,30.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1350/2015, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Através do Método “MONTELLO”, foram apresentados os estudos de aderência de tábuas de mortalidade descritos no JM/1350/2015, envolvendo a experiência observada na mortalidade de assistidos sem ser por invalidez, em períodos situados entre o início de 2008 e o final de 2014, tendo sido deliberado pelo Conselho Deliberativo da BASES a manutenção da Tábua de Mortalidade Geral “ q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%” nesta reavaliação atuarial de 31/12/2015, já que o nível de aderência dessa Tábua representou, através dos resultados dos testes realizados, em geral, uma cobertura de 100% (ou 1,0000), ou seja, apresentou, uma Reserva Matemática Esperada igual ou superior à Reserva Matemática Efetiva (com valores de relação maiores ou iguais a 1,0000).

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade geral AT-2000 (masculina) desagravada em 13% à massa populacional do Plano e a referida tábua atende à exigência estabelecida no item 2 do Anexo à Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006.

7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 3.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1350/2015, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina)”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da “ q_x da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%”, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado, bem como considerando que o nível de aderência dessa Tábua representou, através dos resultados dos testes realizados, uma cobertura de 100% (ou 1,0000), ou seja, apresentou, uma Reserva Matemática Esperada igual ou superior à Reserva Matemática Efetiva (com valores de relação maiores ou iguais a 1,0000).

Justificativa EFPC: Nos testes de aderência realizados, considera-se que para obter indicativo sobre a Tábua de Mortalidade de Inválidos, o mais recomendável é a utilização de uma tábua de mortalidade de inválidos da mesma família da tábua de mortalidade geral adotada, porém com um nível de mortalidade mais elevado. Os testes demonstram a aderência da Tábua de Mortalidade de Inválidos AT-83 à massa de inválidos do Plano e mantém correlação com o nível de mortalidade geral adotada

8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 11.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 6.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/1349/2015, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foi apresentado, através do JM/1349/2015, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que concluiu que a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5% é aceita para elaboração da avaliação atuarial do Plano, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para avaliar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: A Entidade optou pela alteração da Tábua de Entrada em Invalidez para a LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 5%, sugerida pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, por esta apresentar aderência ao Plano Misto da BASES, conforme teste apresentado na JM/1349/2015.

9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O esperado para o exercício seguinte toma por base o ocorrido no exercício encerrado, que foi calculado considerando a média dos beneficiários vitalícios por participante / grupo de pensionistas.

Opinião do Atuário: É adotada a Família Efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos, com base no cadastro da BASES. Dessa forma, tão somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente à Experiência Regional periodicamente revista.

Justificativa EFPC: Durante o exercício de 2013, a BASES deu continuidade ao recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários e, acatando recomendação do atuário responsável pelo plano de benefícios, manteve a alteração da hipótese de composição de família de pensionistas de “experiência regional” para “família efetiva”, aplicável aos benefícios de já concedidos.

10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: IGP-M da FGV (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,6%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 10,69%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O índice de 10,69%, corresponde ao IGP-M da FGV, de dezembro/2014 a novembro/2015, aplicado sobre os benefícios, com um mês de defasagem. Deve-se destacar que o indexador esperado para o exercício seguinte corresponde a uma estimativa, com base na hipótese do Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade.

Opinião do Atuário: O indexador do Plano é o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um nível oficial de inflação, calculado pelo IGP-M, que expressa a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Justificativa EFPC: Em conformidade com o Regulamento de Benefícios do Plano, o IGP-M da FGV é o Indexador estabelecido para recompor o valor dos benefícios de prestação continuada.

11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 309
 Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 14
 Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: Considerando a modalidade em que é estruturado o Plano, o valor das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

Seção dos Benefícios

1) Benefício: Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Quantidade de benefícios concedidos: 93
 Valor médio do benefício: R\$ 1.814,26
 Idade média dos assistidos: 60 anos

2) Benefício: Aposentadoria por Invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 171
 Valor médio do benefício: R\$ 1.554,38
 Idade média dos assistidos: 59 anos

3) Benefício: Pensão

Quantidade de benefícios concedidos: 14
 Valor médio do benefício: R\$ 2.074,87
 Idade média dos assistidos: 59 anos

NOTA: Estatísticas obtidas a partir do cadastro fornecido pela BASES.

PMBC

CD

Saldo de Conta dos Assistidos:-

BD

VABF Programados – Assistidos: R\$ 17.188.554,46

VABF Não Programados – Assistidos: R\$ 67.579.816,30

PMBaC

CD (*1)

Saldo de Contas- parcela Patrocinador ou Instituidor: R\$ 20.487.785,26

Saldo de Contas- parcela Participantes: R\$ 107.564.575,89

BD Capitalização Programado:

VABF: R\$ 49.521.495,97

VACF Patrocinadores: R\$-

VACF Participantes: R\$-

BD Capitalização Não Programado:

VABF: R\$ 9.023.177,22

VACF Patrocinadores: R\$ (1.362.400,24)

VACF Participantes: R\$-

Custo do Ano

% Custo Normal × (13 × Folha de Salário de Participação de Participantes Não Assistidos)

$7,360\% \times (13 \times R\$ 3.258.039,31) = R\$ 3.117.292,02$

Seção das provisões matemáticas a constituir e contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor:-

Prazo:-

Assistidos:

Valor:-

Prazo:-

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor:-

Prazo:-

Assistidos:

Valor:-

Prazo:-

Outras Finalidades:

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor:-

Prazo:-

Assistidos:

Valor:-

Prazo:-

Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano:

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 278.438.628,41 (*1)

Insuficiência de Cobertura do Plano:

(*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES.

Seção dos fundos previdenciais atuariais:

Finalidade:

Fonte de Custeio:

Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador:-

Participantes Ativos:-

Assistidos:-

Resultado positivo do exercício: R\$-

Resultado negativo do exercício: R\$ 3.001.180,57 (*1)

Déficit Técnico: R\$-

Reserva de Contingência: R\$ 8.435.623,55

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$-

(*1) Valor obtido a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2014 e de 31/12/2015 informados pela BASES, tendo como base o resultado do Plano nos respectivos exercícios

Plano de Custeio

1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:

% Contribuição do Patrocinador \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)

3,400% \times (13 \times R\$ 3.258.039,31) = R\$ 1.440.053,38

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Equacionamento de Déficit:-

3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Serviço Passado:-

4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador – Outras Finalidades:-

5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo \times (13 \times Folha de Salário dos Participantes Ativos)

3,960% \times (13 \times R\$ 3.258.039,31) = R\$ 1.677.238,64

6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Equacionamento de Déficit:-

7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Serviço Passado:-

8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Outras Finalidades:-

9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos:-

10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Equacionamento do Déficit:-

11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Serviço Passado:-

12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Outras Finalidades:-

13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar:-

14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Patrocinador:-

15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Participantes:-

16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Assistidos:-

17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2016.

Parecer Atuarial do Plano Misto

Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) 1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano Misto de Benefícios da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 7,360% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos, conforme descrito a seguir:

REFERÊNCIA	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
APOSENTADORIAS *1	5,624%	5,660%
INVALIDEZ	0,498%	0,494%
PENSÃO POR MORTE	0,103%	0,102%
PECÚLIO POR MORTE *2	-	-
SUB-TOTAL (1)	6,225%	6,256%
SUPLEMENTAR	-	-
ADMINISTRAÇÃO *3	1,099%	1,104%
SUB-TOTAL (2)	1,099%	1,104%
TOTAL (1)+(2)	7,324%	7,360%

*1: Inclui a cobertura dos Institutos do Resgate, da Portabilidade e do Benefício Proporcional Diferido.

*2: Custo apresentado junto com o custo da Pensão por Morte.

*3: Administração igual a 32,38% da Contribuição do Patrocinador (0,3247 . 3,400% = 1,104%), limitada a 15% do total das contribuições previdenciárias.

NOTA: Na avaliação Atuarial de 2015, a idade média dos participantes ativos é de 53 anos.

2) O custo total reavaliado de 7,360% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2016, pelas contribuições descritas a seguir, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador, quais sejam:

Contribuições Normais Referência	Em %	
	Ano Anterior	Ano Atual
Contribuição Normal Média dos Ativos (alíquotas variáveis)	3,924%	3,960%
Contribuição Normal do Patrocinador (*1)	3,400%	3,400%
Sub-Total	7,324%	7,360%
Contribuição Suplementar	-	-
Total Contribuições (Patrocinador + Participantes Ativos)	7,324%	7,360%
Contribuições Normais dos Assistidos	-	-
Aposentados Assistidos	-	-
Pensionistas Assistidos	-	-

*1: A destinação das contribuições do Patrocinador, cujo valor mensal, em conformidade com o plano de custeio, está fixado em 3,40% da folha do salário real de contribuição dos empregados participantes, deve continuar a observar a seguinte regra de rateio que está vigente até que uma reavaliação atuarial indique a necessidade de se ajustar tal rateio:

- 32,47% das contribuições do Patrocinador, se destinam à cobertura dos gastos administrativos: $[(15\% \cdot 7,360\% \cdot 3,40\%)]$;
- 17,53% das contribuições do Patrocinador, se destinam ao Fundo de Risco destinado a dar cobertura aos benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pecúlio por morte em atividade e pensão por morte em atividade ou em gozo de aposentadoria por invalidez): $[(0,494\% + 0,102\%) \div 3,400\%]$;
- 50,00% das contribuições do Patrocinador, se destinam a reforçar o saldo das Reservas Matemáticas Programadas de Benefícios a Conceder dos participantes Ativos: $[(5,660\% - 3,960\%) \div 3,400\%]$.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 7,360% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2015, de 7,360% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade com o Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2015.

Varição das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

1) As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2014 para o final do ano 2015, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte (em R\$):

(valores em R\$)	31/12/2014	31/12/2015	Varição
Referência			
Provisão de Benefícios Concedidos	76.708.653,79	84.768.370,76	10,51%
Provisão de Benefícios a Conceder	163.818.853,02	185.234.634,10	13,07%
Provisão Matemática a Constituir	-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	240.527.506,81	270.003.004,86	12,25%

FATO RELEVANTE: Como o Regulamento de Benefícios deste Plano estabelece os valores dos Fatores de Conversão de Saldos de Contas de Aposentadorias Programadas em Benefício de Aposentadoria Programada, demonstramos através do JM/2138/2009, a necessidade de ser mantida como Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, uma Provisão equivalente à diferença entre os Fatores de Conversão compatíveis com as hipóteses atuariais de mortalidade e de taxa de desconto / juros adotada na avaliação atuarial do exercício e os Fatores estabelecidos no referido Regulamento, inclusive em relação às contribuições a serem destinadas ao longo dos anos futuros para compor esses Saldos de Contas. Tal Provisão, que já está incluída na Provisão Matemática de Benefícios a Conceder, conforme as hipóteses atuariais consideradas nesta avaliação atuarial de 31/12/2015, considerando a taxa real de juros/desconto de 4,75% ao ano e as Tábuas de Mortalidade, Geral “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%” e de Inválidos “ $q_x = q_x$ da AT-83 (masculina)”, assumiu em 31/12/2015 o valor de: R\$ 32.059.401,72. .519,30.

Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO Nº 001) da BASES, em 31/12/2015, utilizando os mesmos regimes / métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais, em conformidade com o posicionamento apresentado pelos patrocinadores, com exceção da adoção da Tábua de Entrada em Invalidez Light Forte agravada em 5%, considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2016, as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 8.435.623,55, equivalente a 3,03% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 278.438.628,41.

2) A rentabilidade líquida do ano de 2015, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida durante o ano de 2015, informada pela BASES, foi de 12,62%, contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 15,73%, corresponde ao IGP-M da FGV acumulado de dezembro/2014 a novembro/2015, utilizando um mês de defasagem, acrescido de juros reais equivalentes a 4,75% ao ano o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 1,94% contra uma meta atuarial de 4,75% ao ano, adotada como expectativa atuarial de taxa real de juros. A adoção do IGP-M da FGV como indexador atuarial do plano decorre do fato desse índice ser o previsto no Regulamento do Plano Misto para reajuste dos benefícios de prestação continuada desse Plano.

3) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:

i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 13%.

ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: $q_x^i = q_x$ da AT-83 (masculina).

iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Light Forte Agravada em 5%.

iv) Taxa real de juros/desconto: 4,75% ao ano.

v) Projeção de Crescimento Real de Salários: Mantida em 0% ao ano.

vi) Em relação à composição familiar, está sendo adotada a Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

vii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

viii) Entrada em aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os métodos de financiamento apresentados nesta D.A. e, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2014, refletida nesta DA.

Varição do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

REFERÊNCIA	VALOR
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2014 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2015 (*1)	R\$ 13.260.719,91
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para 31/12/2015 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2014 evoluído para 31/12/2015 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade	R\$ (3.950.424,32)
Adoção da Tábua de Entrada em Invalidez Light Forte agravada em 5%	R\$ 117.082,44
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)	R\$ (991.754,48)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2015	R\$ 8.435.623,55
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	-
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	-
a) Resultado Realizado	R\$ 8.435.623,55
a.1) Superávit Técnico Acumulado	R\$ 8.435.623,55
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	R\$-
b) Ajuste de Precificação	R\$ (7.191.750,27)
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	R\$ 1.243.873,28

(*1): R\$ 13.260.719,91 = 11.436.804,12 x 1,1595 (tomando como indexador o IGP-M, aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a aproximadamente 0,37% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 270.003.004,86 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício.

(*3): Equivalente a 0,88% do valor das Provisões Matemáticas, classificado na modalidade de Benefícios Definidos, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2015, que foi de R\$ 141.950.643,71.

Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

O Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2015, nos termos da legislação vigente, mostra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo o objetivo é o de dar cobertura à contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, à luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, passível de destinação e utilização facultativa ou obrigatória, considerando que este Resultado Técnico, após calculado o valor do ajuste de precificação estabelecido na Seção I da Resolução CNPC nº 16/2014 de 19/11/2014 e no Art. 10 da Instrução PREVIC nº 19/2015 de 04/02/2015, corresponde a um Equilíbrio Técnico Ajustado de R\$ 1.243.873,28, equivalente a 0,88% das Provisões Matemáticas reavaliadas em R\$ 141.950.643,71, classificadas na modalidade de Benefícios Definidos, tendo em vista que o referido valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial de 4,75% ao ano, e o valor contábil desses títulos, totaliza R\$ (7.191.750,27) em 31/12/2015, não sendo passível de destinação por estar abaixo do limite de Reserva de Contingência estabelecido pelo valor mínimo entre 25% ou o equivalente a expressão [10% + (1% x duração do passivo do plano de 12,43 anos)] das Provisões Matemáticas.

Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual é adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou Idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2016

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO MIBA 426



GESTÃO DE **investimentos**

Cenário Econômico

A economia brasileira encolheu 3,8% em 2015 na comparação com 2014, segundo os dados do PIB (Produto Interno Bruto) divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), fazendo com que o país permanecesse na chamada recessão técnica.

A queda do PIB também sofreu influência do resultado negativo dos investimentos. A retração na formação bruta de capital fixo (que são os investimentos em produção), de 14,1%, foi atribuída principalmente à queda da produção interna e da importação de bens de capital.

O Produto Interno Bruto no ano de 2015 totalizou R\$ 5.904,3 bilhões, sendo R\$ 5.055,4 bilhões referentes ao Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 849,0 bilhões aos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios.

Influenciado pela crise política e as incertezas a respeito da economia, elevaram as tensões na bolsa e o mercado de ações encerrou o ano de 2015 com uma variação de -13,31%, aos 43.349 pontos.

A inflação brasileira no ano de 2015 superou muito as projeções iniciais. Em relação às expectativas iniciais de mercado para 2015, a inflação surpreendeu em aproximadamente 4,00%, com a variação de 2015 ficando em 10,67%.

A desvalorização do real foi bem acima das expectativas de mercado, que previa um de câmbio de R\$/US\$ 2,80 para o final de 2015, tendo ele terminado o ano em R\$/US\$ 3,90, ou seja 40% superior as expectativas.

ESTRATÉGIA DA BASES

A BASES implementou em 2012 na gestão dos seus ativos o estudo de ALM – Asset

Liability Management, adotando uma Política de Investimentos voltada para as características de seu passivo de longo prazo. Tais mudanças visavam alinhar o fluxo e o desempenho dos ativos ao passivo dos Planos de Benefícios administrados pela BASES.

Mesmo após anos desafiadores como foram os anos de 2013 e 2014, a Entidade vem mantendo a estratégia adotada desde o ano de 2012 alocando parte dos seus ativos em Títulos Públicos Federais indexados ao IPCA- Índice de Preços ao Consumidor Amplo (NTNBs).

Neste sentido o ano de 2015 foi um ano em que o IPCA variou 10,67% enquanto o INPC e IGPM variaram 11,28% e 10,54% respectivamente. Houve um descasamento entre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O IPCA, índice oficial de inflação no país, baliza o rendimento da NTN-Bs, título público, onde a BASES alocou grande parte de seus investimentos no ano de 2012 e preferido das entidades de previdência para aplicar em renda fixa.

Já o INPC corrige a maior parte dos passivos dos planos, principalmente os mais antigos do tipo Benefício Definido (BD). Quando o INPC é mais alto que o IPCA, como ocorreu, o compromisso futuro da BASES e dos fundos aumenta mais do que a rentabilidade obtida com os papéis do governo.

O cenário de investimentos como um todo, e não só a alta mais forte dos índices de preços, dificultou o cumprimento das metas. O CDI, por exemplo, que serve de hedge para muitos planos que têm de fazer a marcação a mercado, rendeu 13,24% no ano. O Índice de Mercado Anbima (IMA) foi de 9,32% e o IMA-B, referência para a evolução de preços das NTN-B, de 8,88%. Na renda variável não houve salvação: o Ibo-

vespa teve baixa de -13,31%.

A estratégia adotada pela BASES, continuará focada em manter a disciplina de alocação em ativos que possuem ganhos aderentes aos objetivos atuariais dos Planos de benefícios, adotando sempre princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência.

RESULTADO DOS INVESTIMENTOS

Em dezembro de 2015 os investimentos consolidados da BASES atingiram o montante de aproximadamente R\$ 893 milhões, conforme a seguinte distribuição: 92,99% no segmento de renda fixa; 0,01% no segmento de Investimentos Estruturados; 5,27% no segmento Imobiliário; e 1,73% no segmento de empréstimos a participantes.

Em comparação ao mesmo período de 2014, houve uma evolução líquida de cerca de R\$ 55 milhões nos investimentos da Bases.

Do total consolidado dos investimentos, cerca de R\$ 289 milhões correspondem ao Plano Misto. A evolução, quando comparada a dezembro de 2014, foi de aproximadamente R\$ 27 milhões.

O valor referente ao Plano Básico corresponde a R\$ 604 milhões do total dos Investimentos. Nesse plano a evolução líquida, em relação ao mesmo período do ano de 2014, gira em torno de R\$ 28 milhões.

RENTABILIDADE

Em 2015, diante da desestabilização dos cenários externos e internos, não foi possível bater a meta atuarial em nenhum dos dois planos. O Plano Básico (BD) obteve uma rentabilidade de 12,16%, enquanto sua meta atuarial (INPC + 5%) foi de 16,84%. O Plano Misto (CD) obteve uma rentabilidade de 12,62% com o fechamen-

to da meta atuarial (de IGP-M + 4,75%) no ano de 15,79%.

No caso do Plano Básico, um dos motivos foi o descasamento entre o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

O IPCA, índice oficial de inflação no país, baliza o rendimento da NTN-B, que é título público mais utilizado pelas entidades de previdência para aplicar em renda fixa. Já o INPC corrige a maior parte dos passivos dos planos, principalmente os mais antigos do tipo Benefício Definido (BD).

Em 2015, o IPCA variou 10,67% e o INPC, 11,28%. Quando o INPC é mais alto que o IPCA, como ocorreu, o compromisso futuro dos fundos aumenta mais do que a rentabilidade obtida com os papéis do governo.

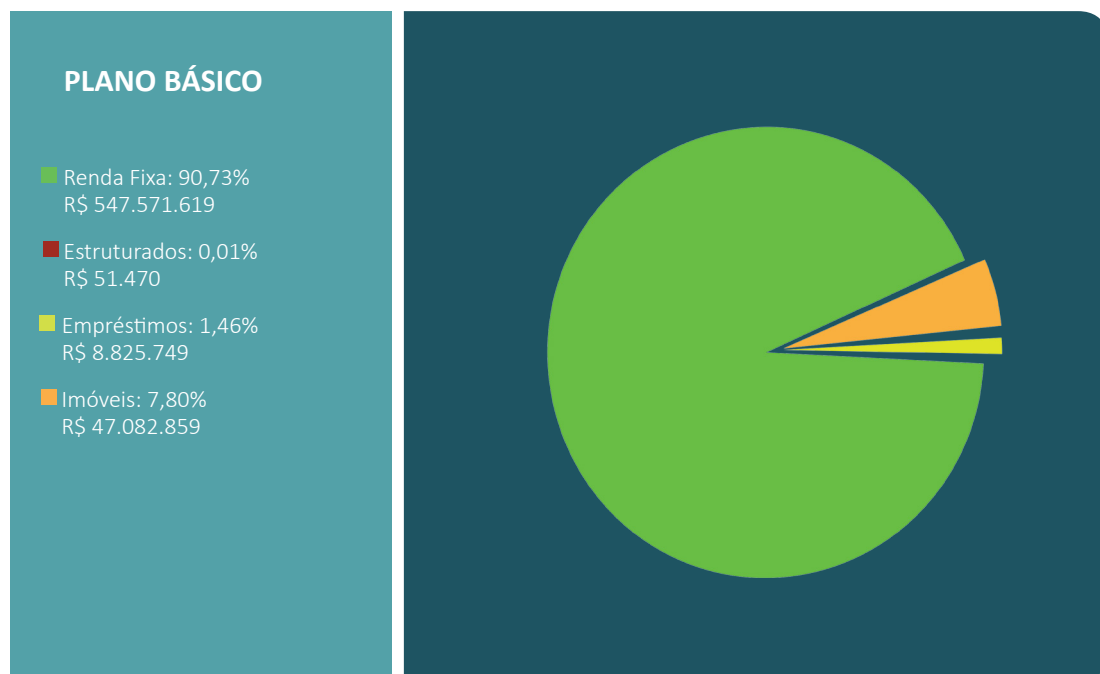
No caso do Plano Misto, nosso desempenho foi impactado pela alta expressiva do IGP-M no segundo semestre do ano passado.

Em nosso caso não ocorreram mudanças no conservadorismo da gestão dos investimentos, que continua a privilegiar o segmento renda fixa, que contempla cerca de 93% da carteira consolidada da BASES. O restante dos investimentos está distribuído entre os segmentos de estruturados, de imóveis e empréstimos a participantes.

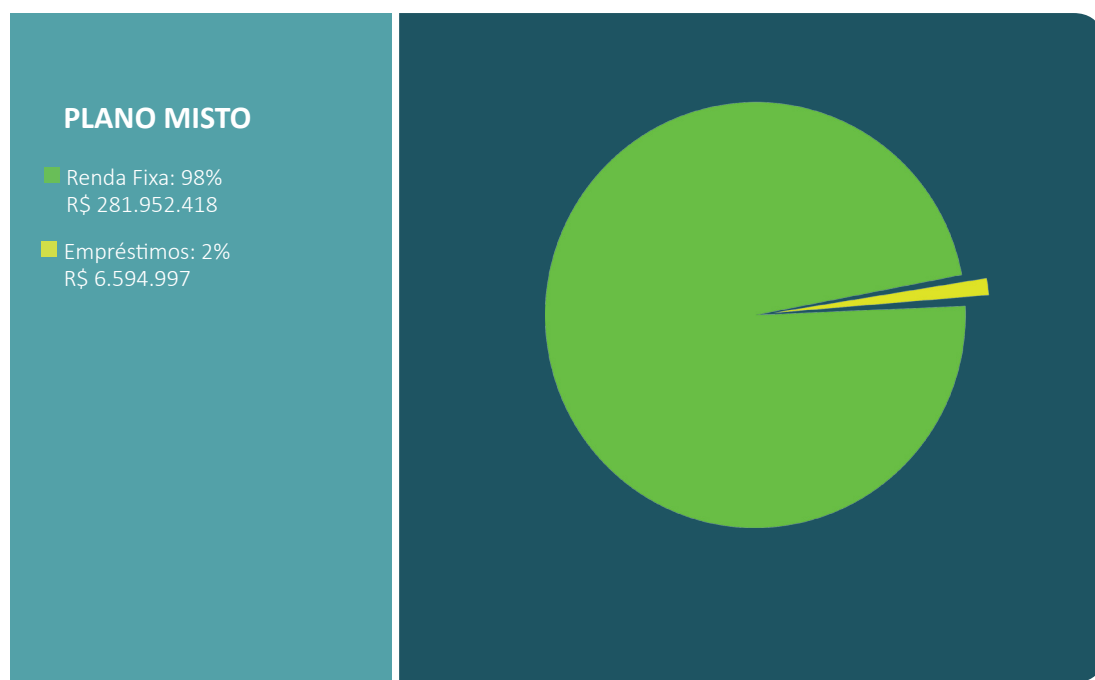
A estratégia adotada pela Fundação é acompanhada e reavaliada constantemente, possibilitando que os eventuais desvios sejam corrigidos e que as mudanças no ambiente econômico sejam refletidas na Política de Investimentos, permitindo assim a boa condução da gestão dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, garantindo que os benefícios futuros sejam cumpridos.

Distribuição dos Investimentos

Os investimentos líquidos do Plano Básico encerraram dezembro de 2015 com R\$ 604.354.956,41. Se comparado a dezembro de 2014, a evolução líquida gira em torno de R\$ 28 milhões. A carteira esta distribuída conforme o gráfico abaixo.



Em dezembro de 2015, os investimentos líquidos do Plano Misto atingiram o montante de R\$ 288.527.059,75. Nesse plano, a evolução líquida, quando comparamos com dezembro de 2014, corresponde a aproximadamente R\$ 27 milhões. A carteira esta distribuída conforme o gráfico abaixo:



Demonstrativo de Investimentos

O Demonstrativo de Investimentos revela a alocação de recursos da Entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável, etc.), a diferença entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial da Entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

SEGMENTO	2014		2015	
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
CONSOLIDADO				
Renda Fixa	775.242.080,98	92,50%	830.326.940,66	92,99%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%
Imóveis	47.903.369,15	5,72%	47.082.859,19	5,27%
Estruturados	100.496,00	0,01%	51.470,09	0,01%
Empréstimos	14.826.435,38	1,77%	15.420.746,22	1,73%
Total dos Recursos Garantidores	838.072.381,51	100,00%	892.882.016,16	100,00%
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
PLANO BÁSICO	576.660.516,34	100,00%	604.354.956,41	100,00%
Renda Fixa	520.209.293,99	90,21%	548.394.877,91	90,74%
Renda Variável	-	0,00%	-	0,00%
Imóveis	47.903.369,15	8,31%	47.082.859,19	7,79%
Estruturados	100.496,00	0,02%	51.470,09	0,01%
Empréstimos	8.447.357,20	1,46%	8.825.749,22	1,46%
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
PLANO MISTO	261.411.865,17	100,0%	288.527.059,75	100,0%
Renda Fixa	255.032.786,99	97,56%	281.932.062,75	97,71%
Empréstimos	6.379.078,18	2,44%	6.594.997,00	2,29%
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
LISTAGEM DE ATIVOS				
Total dos Investimentos da BASES	838.072.381,51	100,00%	892.882.016,16	100,00%
Conta corrente- Banco Bradesco/CEF	26.946,22	0,00%	357.212,55	0,04%
Bradesco FI MULTIMERCADO FEB BD	485.083.461,56	57,88%	508.296.915,80	56,93%
Bradesco FI MULTIMERCADO FEB II CD	255.006.041,96	30,43%	281.707.081,01	31,55%
CDB Caixa Econômica Federal	35.125.631,24	4,19%	39.965.731,30	4,48%
Carteira Própria de Ações	-	0,00%	-	0,00%
Imóveis	47.903.369,15	5,72%	47.082.859,19	5,27%
Estruturado	100.496,00	0,01%	51.470,09	0,01%
Empréstimos	14.826.435,38	1,77%	15.420.746,22	1,73%
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
GESTÃO TERCEIRIZADA				
Bradesco FI MULTIMERCADO FEB BD	485.083.461,56	65,54%	508.296.915,80	64,34%
Bradesco FI MULTIMERCADO FEB II CD	255.006.041,96	34,46%	281.707.081,01	35,66%
Total da gestão terceirizada	740.089.503,52	88,31%	790.003.996,81	88,48%
Total dos Investimentos da BASES	838.072.381,51	100,00%	892.882.016,16	100,00%
	R\$	ALOCAÇÃO	R\$	ALOCAÇÃO
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA				
Bradesco F.I. REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA	12.993.297,52	100,00%	13.810.309,27	99,99%
Conta corrente- Banco Bradesco	639,39	0,00%	1.590,22	0,01%
Total PGA	12.993.936,91	100,00%	13.811.899,49	100,00%
% em relação ao total PGA e total dos investimentos		1,55%		1,55%

Rentabilidade

Em 2015, diante da desestabilização dos cenários externos e internos, não foi possível bater a meta atuarial em nenhum dos dois planos. O Plano Básico (BD) obteve uma rentabilidade de 12,16%, enquanto sua meta atuarial (INPC + 5%) foi de 16,84%. O Plano Misto (CD) obteve uma rentabilidade de 12,62% com o fechamento da meta atuarial (de IGP-M + 4,75%) no ano de 15,79%.

Ano	Rentabilidade Acumulada		Rentabilidade Acumulada	
	Plano Básico	Meta Atuarial	Plano Misto	Meta Atuarial
2014	11,61%	11,54%	10,50%	8,87%
2015	12,16%	16,48%	12,62%	15,79%

Rentabilidade por Segmento de Aplicação

	2014	2015
PLANO BÁSICO	5,87%	4,79%
Segmento de Renda Fixa	4,31%	5,13%
Segmento de Renda Variável	-	-
Segmento de Imóveis	2,25%	2,88%
Segmento de Empréstimos	7,97%	7,81%
Segmento de Estruturados	5,27%	5,54%
CDI	5,55%	6,91%
IBVSP	-5,94%	-18,33%
Meta Atuarial (INPC+5% a.a.)	4,89%	6,76%
PLANO MISTO	4,30%	4,87%
Segmento de Renda Fixa	4,21%	5,15%
Segmento de Renda Variável	-	-
Segmento de Imóveis	-	-
Segmento de Empréstimos	7,97%	9,19%
CDI	5,55%	6,91%
IBVSP	-5,94%	-18,33%
IBrX	-5,62%	-17,68%
Meta Atuarial (IGPM+5% a.a.)	3,71%	8,44%
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	5,49%	6,83%
Segmento de Renda Fixa	5,49%	5,49%
CDI	5,55%	6,91%
IBVSP	-5,94%	-18,33%

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado	Empresa Responsável pela Auditoria de Gestão
Jorge Luiz de Souza Diretor Administrativo e Financeiro Tel: (71) 3319-6300	Performance Auditoria e Consultoria Empresarial CNPJ: 41.968.512 / 0001-23 Tel: (71) 3113-4500

Custos com Administração de Recursos

PLANO BÁSICO

valores em R\$ mil

DESPESAS	1º SEMESTRE 2015			2º SEMESTRE 2015			MÉDIA MENSAL
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	TOTAL	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	
TX ADM.	82.450,73	85.740,75	232.236,58	90.736,57	86.632,84	345.560,89	35.136,46
TX CETIP	4.324,02	9.096,97	9.138,67	4.910,08	8.092,59	22.099,64	1.483,41
TX SELIC	1.921,41	4.751,29	8.638,43	2.680,22	2.464,98	9.896,49	848,73
AUDITORIA	-	4.890,00	-	-	-	4.890,00	772,50
ANBIMA	831,40	2.494,20	2.405,40	831,40	1.662,80	4.988,40	400,90
CVM	9.600,00	19.200,00	19.200,00	9.600,00	13.799,42	42.599,42	3.200,00
OUTROS	391,72	619,83	174,00	121,07	95,50	836,40	54,66
TOTAL	99.519,28	209.243,77	271.793,08	108.879,34	112.748,13	430.871,24	41.896,65

PATRIMÔNIO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO
% CUSTO SEMESTRAL TOTAL S/PATRIMÔNIO

R\$ 604.354.956,41
0,05%

PLANO MISTO

valores em R\$ mil

DESPESAS	1º SEMESTRE 2015			2º SEMESTRE 2015			MÉDIA MENSAL
	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	TOTAL	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	
TX ADM.	43.378,90	45.426,13	88.805,03	48.852,72	47.366,37	185.024,12	15.418,68
TX CETIP	3.619,04	2.691,84	6.310,88	3.980,31	5.731,94	16.023,13	1.335,26
TX SELIC	1.592,87	1.592,57	3.185,44	1.521,40	1.442,68	6.149,52	512,46
AUDITORIA	-	-	-	4.890,00	-	4.890,00	407,50
ANBIMA	667,30	1.334,60	2.001,90	-	1.334,60	3.336,50	278,04
CVM	7.680,00	-	7.680,00	8.347,30	10.349,57	26.376,87	2.198,07
OUTROS	58,83	223,97	282,80	97,07	272,32	652,19	54,35
TOTAL	56.996,94	51.269,11	108.266,05	67.688,80	66.497,48	242.452,33	20.204,36

PATRIMÔNIO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO
% CUSTO SEMESTRAL TOTAL S/PATRIMÔNIO

R\$ 288.527.059,75
0,08%

CONSOLIDADO

valores em R\$ mil

CUSTOS	1º TRIMESTRE 2015		2º TRIMESTRE 2015		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE		ANO 2015	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	TOTAL GERAL	MÉDIA MENSAL
TX ADM.	125.829,63	80,39%	131.166,88	81,47%	139.589,29	79,06%	133.999,21	74,76%	530.585,01	R\$44.215,42
TX ANBIMA	-	0,00%	1.498,70	0,93%	831,40	0,47%	2.997,40	1,67%	5.327,50	R\$443,96
TX CETIP	7.943,06	5,07%	7.464,79	4,64%	8.890,39	5,04%	13.824,53	7,71%	38.122,77	R\$3.176,90
TX SELIC	3.514,28	2,25%	4.422,45	2,75%	4.201,62	2,38%	3.907,66	2,18%	16.046,01	R\$1.337,17
AUDITORIA	-	0,00%	4.890,00	3,04%	4.890,00	2,77%	-	0,00%	9.780,00	R\$815,00
ANBIMA	1.498,70	0,96%	1.498,70	0,93%	-	0,00%	-	0,00%	2.997,40	R\$249,78
CVM	17.280,00	11,04%	9.600,00	5,96%	17.947,30	10,16%	24.148,99	13,47%	68.976,29	R\$5.748,02
OUTROS	450,55	0,29%	452,08	0,28%	218,14	0,12%	367,82	0,21%	1.488,59	R\$124,05
TOTAL	156.516,22	100,00%	160.993,60	100,00%	176.568,14	100,00%	179.245,61	100,00%	673.323,57	R\$56.110,30

PATRIMÔNIO DOS INVESTIMENTOS DO PLANO
% CUSTO SEMESTRAL TOTAL S/PATRIMÔNIO

1º TRIMESTRE 2015 R\$856.942.315,91 0,02%
2º TRIMESTRE 2015 R\$872.814.757,08 0,02%
3º TRIMESTRE R\$875.163.945,98 0,02%
4º TRIMESTRE R\$892.882.016,16 0,02%

Política de Investimentos

A Política de Investimentos tem como objetivo direcionar as ações e processos na área de investimentos, visando a aplicação e gestão dos recursos financeiros dos planos de benefícios, de forma a atender aos compromissos com pagamentos de benefícios de natureza vitalícia a todos os participantes, assistidos e beneficiários, dos respectivos planos. São considerados elegíveis os ativos e veículos de investimentos permitidos pela legislação em vigor, em especial a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

Os resumos das Políticas de Investimentos, para o ano de 2016, dos Planos de Benefício e Plano de Gestão Administrativa, abaixo descritos, foram extraídos das Políticas de Investimentos dos respectivos planos administrados pela BASES, elaboradas pelo Comitê de Investimentos, analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em 27 de novembro de 2015. A Política de Investimentos para o ano de 2016 está publicada na íntegra no site www.bases.org.br.

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2016

TAXA MÍNIMA/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	PLANO	TAXA DE JUROS
01/2016 a 12/2016	INPC	Plano de Benefício Definido- Básico CNPB: 19.860.002-65	5,00%
01/2016 a 12/2016	IGP-M	Plano Misto de Benefícios Previdenciários CNPB: 19.980.037-11	4,75%
01/2016 a 12/2016	DI-CETIP	Plano de Gestão Administrativa- PGA	0,00%

DOCUMENTAÇÃO RESPONSÁVEL

Aprovação na Ata da 293ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 27/11/2015

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CARGO
01/2016 a 12/2016	Plano	Jorge Luiz de Souza	Diretor Administrativo e Financeiro

CONTROLE DE RISCO

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	Outros
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Não	Realiza Estudos de ALM: Sim	
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não	

ALOCAÇÃO DE RECURSOS - Período de Referência: 01/2016 a 12/2016

PLANO BÁSICO

SEGMENTO	MÍNIMO %	MÁXIMO %	ALVO%
RENDA FIXA	0	100	80
RENDA VARIÁVEL	0	20	20
IMÓVEIS	0	8	8
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0	15	5
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0	20	5
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0	10	5

PLANO MISTO

SEGMENTO	MÍNIMO %	MÁXIMO %	ALVO%
RENDA FIXA	0	100	80
RENDA VARIÁVEL	0	20	20
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	0	15	5
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0	20	5
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0	10	5

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

SEGMENTO	MÍNIMO %	MÁXIMO %	ALVO%
RENDA FIXA	0	100	100



GESTÃO Contábil

Balanco Patrimonial Consolidado

valores em R\$ mil

ATIVO	Exercício		PASSIVO	Exercício	
	2015	2014		2015	2014
DISPONÍVEL	359	28	EXIGÍVEL OPERACIONAL	4.135	3.834
REALIZÁVEL	911.850	857.147	Gestão Previdencial (Nota 9)	3.420	3.219
Gestão Previdencial (Nota 5)	6.765	6.943	Gestão Administrativa (Nota 10)	698	613
Gestão Administrativa (Nota 6)	299	192	Investimentos (Nota 11)	17	2
Investimentos (Nota 7)			EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	27.440	27.400
Créditos Privados e Depósitos	39.966	35.126	Gestão Previdencial (Nota 12)	3.837	3.797
Fundos de Investimento	803.866	753.183	Investimentos (Nota 13)	23.603	23.603
Investimentos Imobiliários	47.164	47.968	PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 14)	881.697	828.850
Empréstimos	13.790	13.735	Patrimônio de Cobertura do Plano		
PERMANENTE	1.063	909	Provisões Matemáticas		
Imobilizado (Nota 8)	1.063	909	Benefícios Concedidos	625.515	565.208
			Benefícios a Conceder	226.341	225.113
			Equilíbrio Técnico		
			Resultados Realizados		
			Superávit Técnico Acumulado	14.323	21.912
			Fundos		
			Fundo Previdencial	-	227
			Fundos Administrativos	14.476	13.482
			Fundos dos Investimentos	1.042	908
TOTAL DO ATIVO	913.272	858.084	TOTAL DO PASSIVO	913.272	858.084

Demonstração do ativo líquido por plano

PLANO BÁSICO

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Varição (%)
1. Ativos	613.877	585.930	4,77
Disponível	132	0	100,00
Recebível	10.152	9.709	4,56
Investimento			
Créditos Privados e Depósitos	39.966	35.126	13,78
Fundos de Investimento	508.348	485.183	4,77
Investimentos Imobiliários	47.164	47.968	(1,68)
Empréstimos	8.115	7.944	2,15
2. Obrigações	20.862	20.721	0,68
Operacional	444	342	29,82
Contingencial	20.418	20.379	0,19
3. Fundos não Previdenciais	5.274	4.940	6,76
Fundos Administrativos	5.234	4.875	7,36
Fundos dos Investimentos	40	65	(38,46)
4. Ativo Líquido (1-2-3)	587.741	560.269	4,90
Provisões Matemáticas	581.854	549.794	5,83
Superávit/Déficit Técnico	5.887	10.475	(43,80)
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	5.887	-	100%
b) (+/-) Ajuste de Precificação *	(7.508)	-	100%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(1.621)	-	100%

*Conforme Instrução MPS/PREV IC/DC nº 19 de 04/02/2015, artigo 14, na primeira adoção das regras constantes na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, as EFPC ficam desobrigadas do preenchimento do campo "exercício anterior" do Demonstrativo do ativo líquido por plano de benefícios.

PLANO MISTO

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Variação (%)
1. Ativos	298.697	271.541	10,00
Disponível	225	27	733,33
Recebível	11.089	10.716	3,47
Investimento			
Fundos de Investimento	281.707	255.006	10,47
Empréstimos	5.676	5.792	(1,99)
2. Obrigações	10.015	9.900	1,16
Operacional	2.994	2.879	3,99
Contingencial	7.021	7.021	-
3. Fundos não Previdenciais	10.243	9.450	8,39
Fundos Administrativos	9.241	8.607	7,37
Fundos dos Investimentos	1.002	843	18,86
4. Ativo Líquido (1-2-3)	278.439	252.191	7,76
Provisões Matemáticas	270.003	240.527	9,68
Superávit/Déficit Técnico	8.436	11.437	(21,28)
Fundos Previdenciais	-	227	10,73
5. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	8.436	-	100%
b) (+/-) Ajuste de Precificação*	(7.192)	-	100%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	1.244	-	100%

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2015	Exercício 2014	Variacão (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	826.850	782.064	5,73
1. Adi�es	113.635	104.075	9,19
(+) Contribui�es Previdenciais	7.201	7.720	(6,72)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	101.790	89.712	13,46
(+) Reversão de Contingência- Gestão Previdencial	-	2.409	(100,00)
(+) Receitas Administrativas	2.851	2.782	2,48
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Administrativa	1.659	1.300	27,62
(+) Constitui�o de Fundo de Investimentos	134	152	(11,84)
2. Destina�es	(58.788)	(59.289)	(0,85)
(-) Benefícios	(55.232)	(52.720)	4,76
(-) Resultado Negativo dos Investimentos- Gestão Previdencial	-	(28.96)	(100,00)
(-) Constitui�o de Contingências- Gestão Previdencial	(40)	0	100,00
(-) Despesas Administrativas	(3.516)	(3.673)	(4,27)
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	54.847	44.786	22,46
(+/-) Provisões Matemáticas	61.535	54.609	12,68
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(7.589)	(10.406)	(27,07)
(+/-) Fundos Previdenciais	(227)	22	(1.131,82)
(+/-) Fundos Administrativos	994	408	143,63
(+/-) Fundos dos Investimentos	134	153	(12,42)
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	881.697	826.850	6,63

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano

A Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido Por Plano apresenta a movimentac o do ativo líquido do plano de benefícios através das adic es (entradas) e deduc es (saídas) de recursos.

PLANO BÁSICO

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2015	Exercício 2014	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	560.269	534.201	4,88
1. Adic�es	72.603	70.594	2,85
(+) Contribui�es	3.857	3.976	(2,99)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	68.746	64.164	7,14
(+) Reversão de Contingências - Gestão Previdencial	-	2.454	(100,00)
2. Destina�es	(45.131)	(44.526)	1,36
(-) Benefícios	(44.528)	(42.210)	5,49
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	-	(1.780)	(100,00)
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(40)	0	100,00
(-) Custeio Administrativo	(563)	(536)	5,04
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	27.472	26.068	5,39
(+/-) Provisões Matemáticas	32.060	33.382	(3,96)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(4.588)	(7.314)	(37,27)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	587.741	560.269	4,90
C) Fundos não previdenciais	5.274	4.940	6,76
(+/-) Fundos Administrativos	5.234	4.875	7,36
(+/-) Fundos dos Investimentos	40	65	(38,46)

PLANO MISTO

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2015	Exercício 2014	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	252.191	234.035	7,76
1. Adic�es	37.514	30.351	23,60
(+) Contribui�es	4.469	4.804	(6,97)
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	33.045	25.547	29,35
2. Destina�es	(11.267)	(12.195)	(7,61)
(-) Benefícios	(10.704)	(10.510)	1,85
(-) Resultado Negativo dos Investimentos- Gestão Previdencial	-	(1.116)	(100,00)
(-) Constitui�o de Contingências- Gestão Previdencial	-	(44)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(563)	(525)	7,24
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	26.247	18.156	44,56
(+/-) Provisões Matemáticas	29.475	21.227	38,86
(+/-) Fundos Previdenciais	(227)	22	(1.131,82)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(3.001)	(3.092)	(2,94)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	278.438	252.191	10,41
C) Fundos não previdenciais	10.243	9.450	8,40
(+/-) Fundos Administrativos	9.241	8.607	7,37
(+/-) Fundos dos Investimentos	1.002	843	18,98

Demonstração da Provisões Técnicas por Plano

PLANO BÁSICO

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Varição (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	608.643	581.053	4,75
1. Provisões Matemáticas	581.854	549.793	5,83
1.1. Benefícios Concedidos	540.747	488.499	10,70
Benefício Definido	540.747	488.499	10,70
1.2. Benefício a Conceder	41.107	61.924	(32,93)
Benefício Definido	41.107	61.924	(32,93)
2. Equilíbrio Técnico	5.887	10.475	(43,80)
2.1. Resultados Realizados	5.887	10.475	(43,80)
Superávit Técnico Acumulado	5.887	10.475	(43,80)
Reserva de Contingência	5.887	10.475	(43,80)
3. Fundos	40	65	(38,46)
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	40	65	(38,46)
4. Exigível Operacional	444	342	29,82
4.1. Gestão Previdencial	431	341	26,39
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	13	1	1.200,00
5. Exigível Contingencial	20.418	20.378	0,20
5.1. Gestão Previdencial	3.344	3.304	1,21
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	17.074	17.074	-

PLANO MISTO

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014	Varição (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	289.457	262.934	10,09
1. Provisões Matemáticas	270.003	240.527	12,25
1.1. Benefícios Concedidos	84.768	76.709	10,51
Benefício Definido	84.768	76.709	10,51
1.2. Benefício a Conceder	185.235	163.818	13,07
Contribuição Definida	128.052	117.129	9,33
Saldo de Contas-Parcela Patrocinadores	20.488	18.450	11,05
Saldo de Contas-Parcela Participantes	107.564	98.679	9,00
Benefício Definido	57.183	46.689	22,48
2. Equilíbrio Técnico	8.436	11.437	(26,24)
2.1. Resultados Realizados	8.436	11.437	(26,24)
Superávit Técnico Acumulado	8.436	11.437	(26,24)
Reserva de Contingência	8.436	11.437	(26,24)
3. Fundos	1.002	1.070	(6,36)
3.1. Fundos Previdenciais	-	227	(100,00)
3.2. Fundos de Investimentos- Gestão Previdencial	1.002	843	18,86
4. Exigível Operacional	2.994	2.878	54,23
4.1. Gestão Previdencial	2.989	2878	54,23
4.2. Investimentos- Gestão Previdencial	5	0	100,00
5. Exigível Contingencial	7.022	7.022	-
5.1. Gestão Previdencial	493	493	-
5.2. Investimentos- Gestão Previdencial	6.529	6.529	-

Demonstração Consolidada do PGA

valores em R\$ mil

Descrição	2015	2014	Variação %
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	13.482	13.074	3,91
1. Custeio da Gestão Administrativa	4.510	4.081	10,51
1.1. Receitas	4.510	4.081	10,51
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.125	1.061	6,03
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.668	1.663	0,30
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	50	49	2,04
Resultado Positivo dos Investimentos	1.658	1.299	27,64
Outras Receitas	9	9	0,00
2. Despesas Administrativas	(3.516)	(3.673)	(4,27)
2.1. Administração Previdencial	(2.291)	(2.346)	(2,34)
Pessoal e Encargos	(1.195)	(1.182)	1,10
Treinamento/congressos e seminários	(119)	(115)	3,48
Viagens e estadias	(42)	(44)	(4,55)
Serviços de terceiros	(501)	(388)	29,12
Despesas gerais	(211)	(431)	(51,04)
Depreciações e amortizações	(40)	(186)	(78,49)
Tributos	(183)	0	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	(1.225)	(1.327)	(7,69)
Pessoal e encargos	(628)	(626)	0,32
Treinamento/congressos e seminários	(80)	(76)	5,26
Viagens e estadias	(28)	(30)	(6,67)
Serviços de terceiros	(205)	(196)	4,59
Despesas gerais	(135)	(276)	(51,09)
Depreciações e amortizações	(27)	(123)	(78,05)
Tributos	(122)	0	100,00
4. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	994	408	143,63
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	994	408	143,63
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	14.476	13.482	3,12

Despesas Administrativas

valores em R\$ mil

Descrição	exercício		Variação %
	2015	2014	
PESSOAL E ENCARGOS	1.823.595,23	1.808.079,31	1,01
PESSOAL PROPRIO	1.725.855,07	1.717.942,72	1,00
PESSOAL CEDIDO	74.288,60	64.382,42	1,15
ESTAGIÁRIO	23.451,56	25.754,17	0,91
SERVICOS DE TERCEIROS	616.894,08	560.080,34	1,10
CONSULTORIA ATUARIAL	144.323,44	127.579,03	1,13
CONSULTORIA JURIDICA	237.551,20	212.547,38	1,12
RECURSOS HUMANOS	3.181,76	1.361,11	2,34
PLANEJAMENTO ESTRATEGICO - ALM	2.500,00	7.250,00	0,34
ALUGUEL DE SISTEMAS	193.322,55	176.473,97	1,10
CONSULTORIA CONTABIL	0,00	13.000,00	0,00

Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis

BASES- FUNDAÇÃO BANEBA DE SEGURIDADE SOCIAL
 CNPJ: 14.855.753/0001-93
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
 (Valores em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO BANEBA DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.762, de 20 de maio de 1986, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – BANEBA, e da BASES, enquanto Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade.

A BASES obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e supervisão e fiscalização por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criados pela Lei nº 12.154/09, em substituição, respectivamente, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC (antigo órgão regulador) e à Secretaria de Previdência Complementar – SPC (antigo órgão fiscalizador).

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Política de Previdência Complementar-SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar.

A BASES é uma Entidade sem fins lucrativos, singular e multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Constituem-se membros da BASES, atuando como Patrocinadores desta e dos planos de benefícios previdenciários, a BANEBA Corretora de Seguros S/A e a Fundação BANEBA de Seguridade Social – BASES, de acordo com os respectivos Convênios de Adesão; figurando, ainda, como membro da Entidade, o Banco Alvorada S/A, sucessor por cisão do extinto BANEBA – que teve seu convênio de adesão cancelado, nos termos do artigo 11 do Estatuto e 13 do Regulamento Básico da BASES vigentes à época da privatização –, atuando como Patrocinador desta, não existindo, em relação aos planos de benefícios, os Convênios de Adesão de que trata o art. 13 da Lei Complementar 109/2001.

Conforme previsto no Artigo 26, parágrafo 2º do Estatuto da BASES, e, a pedido da Diretoria Executiva anterior, o Presidente do Banco Alvorada procedeu alteração na composição dos Órgãos Estatuários, destituindo e nomeando representantes, por ele indicados, cujos mandatos se iniciaram em 27 de abril de 2012 e se encerrarão em (05) cinco anos para os membros do Conselho Deliberativo, (03) três anos para os membros do Conselho Fiscal e (04) quatro anos para a Diretoria Executiva.

2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

BASES, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o número 00121, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

a) *Plano Básico*: plano de benefício definido, inscrito sob o nº 19.860.002-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O referido Plano encontra-se fechado para novas adesões desde 01.07.1998, conforme disposto no art. 60 do então vigente Regulamento do Plano Misto, que foi aprovado pela SPC através do ofício 464 SPC/CGOF/COJ, de 26.06.1998. O Plano Básico continua a funcionar normalmente, apenas não são aceitas novas

inscrições de participantes e patrocinadores.

b) *Plano Misto*: plano de contribuição definida na acumulação da reserva e de benefício definido na concessão do benefício vitalício, inscrito sob o nº 19.980.037-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2015, a BASES possui um total de 2.165 participantes (2.203 em 2014), assim distribuídos entre os seus planos de benefícios:

Participantes	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Ativos	120	127	587	618	707	745
Autopatrocinaados	9	10	28	28	37	38
Assistidos	1.139	1.145	282	275	1.421	1.420
Total	1.268	1.282	897	921	2.165	2.203

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocinaados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer ao disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O Plano da Gestão Administrativa- PGA da BASES foi constituído com base no Anexo C – Item 27 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da BASES por meio da ata nº 225, de 21 de dezembro de 2009.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações posteriores, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, Ofício Circular nº 001/2015/CGMC/DIACE/PREVIC e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

A escrituração contábil benefícios, inclusive no identificação patrimonial da BASES atende à segregação das transações por plano de que tange ao plano de gestão administrativa, permitindo a e de resultados de forma separada, embora as demonstrações contábeis estejam apresentadas de forma consolidada.

Demonstrações Contábeis

Em conformidade com a Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 alterada pela Instrução PREVIC nº 25, de 17 de dezembro de 2015, Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, e a ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, são apresentadas de forma consolidada o balanço patrimonial, a demonstração da mutação do patrimônio social e a demonstração do plano de gestão administrativa relativos aos seguintes planos: Plano Básico, Plano Misto e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA .

O processo de consolidação leva à realização de alguns ajustes e eliminações para melhor apresentação dos saldos contábeis. Para a consolidação das demonstrações supracitadas foram eliminadas, quando aplicável:

- As participações do fundo administrativo nos planos de benefício previdenciais;
- Os saldos nas contas de ativo (contas a receber) nos planos previdenciais com as contas de passivo (contas a pagar) no PGA; e
- Os saldos nas contas de passivo (contas a pagar) nos planos previdenciais com as contas de ativo (contas a receber) do PGA.

Adicionalmente, são apresentadas de forma segregada por plano de benefício, as demonstrações do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e a demonstração das provisões técnicas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

4.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

- a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

- b) Gestão dos recursos administrativos

- b.1) Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da BASES são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa- PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

- b.2) Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor repassado dos planos de benefícios previdenciais ao PGA, para cobrir as despesas decorrentes da administração dos planos, correspondente a percentual incidente sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadores e sobre o resultado positivo dos investimentos.

- b.3) Despesas administrativas

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, exclusivamente para despesas de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das despesas administrativas da BASES são efetuados de forma consolidada através do PGA- Plano de Gestão Administrativa, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

As despesas administrativas comuns são rateadas proporcionalmente ao número de planos de benefícios administrados pela BASES, exceto quanto às despesas administrativas vinculadas aos investimentos, que são rateadas proporcionalmente ao patrimônio de cada plano de benefícios.

A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas de gestão administrativa.

- c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com base no julgamento da Administração, periodicamente revi-

sados, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

d) Realizável

- Gestão Previdencial: O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da BASES relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

- Gestão Administrativa: O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- Investimentos: Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder a avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos- realizável segundo as duas categorias a saber:

- Títulos para negociação: títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, até o vencimento do título, os quais são avaliados pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

- Títulos mantidos até o vencimento: títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento sendo, ainda, considerados pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais e ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

- Renda Fixa: As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base “pro rata dia” até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

- Ações: Estão classificadas como renda variável as ações registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação média do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

- Investimentos Imobiliários: Registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

- Empréstimos: Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescido dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Resolução

CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e) Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

f) Ativo Permanente

Representa os bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, quando for o caso, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens.

A depreciação é calculada de acordo com as taxas apresentadas a seguir:

Descrição	Taxa Anual
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Ventiladores – refrigeradores de ar	25%
Sistema de segurança	10%
Softwares	20%
Edificações	Vida útil remanescente

g) Exigível Operacional

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

h) Exigível Contingencial

Representado por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseada na opinião dos consultores jurídicos da Entidade e na avaliação da Administração.

i) Patrimônio Social

i.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

- *Provisões Matemáticas*

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes assistidos.

Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições que ainda serão vertidas para garantir o pagamento de benefícios de prestação continuada.

- Equilíbrio Técnico

Até 2014, o superávit apurado no Plano Básico e no Plano Misto foi incorporado à reserva de contingência destes planos, até o limite de 25% das provisões matemáticas, sendo o excedente, quando existente, alocado à reserva especial para revisão do plano.

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (duration do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii) $[10\% + (1\% \times \text{duration do passivo do plano})] \times \text{PM}$.

A Entidade apurou a duration do passivo em 2015 do plano básico em 9,91 anos e do plano misto em 12,43 anos. Desta forma, o limite para destinação à constituição da reserva de contingências seria de 19,91% para o plano básico e 22,43% para o plano misto. Para os dois planos a totalidade do resultado superavitário alocado foi inferior ao limite e, desta forma, nenhum valor foi alocado à reserva especial para revisão do plano.

i.2) Fundos

- Gestão previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

- Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

- Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

DESCRIÇÃO	2015	2014
Plano Básico		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	32	31
Outros Recursos a receber		
. Patrocinador	-	119
Depósitos Judiciais/Recursais	4.885	4.683
Total Plano Básico	4.917	4.833
Plano Misto		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	196	179
Outros Recursos a receber		
. Patrocinador	-	1.284
Custeio administrativo antecipado	8	6
Depósitos Judiciais/Recursais	1.644	641
Total Plano Misto	1.848	2.110
Total Realizável da Gestão Previdencial	6.765	6.943

6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativos ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

PGA	2015	2014
Contas a receber		
. Responsabilidade de Empregados	1	1
. Despesas Antecipadas	5	-
Depósitos Judiciais/Recursais	3	11
Custeio PGA	290	180
Total Realizável da PGA	192	192

7. INVESTIMENTOS

Os ativos dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade e do PGA, são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009, e estão assim distribuídos:

PLANO	2015	2014
Plano Básico		
. Certificados Privados e Depósitos	39.966	35.126
. Fundos de Investimentos		
Multimercado	508.297	485.083
Estruturado (GTD)*	51	100
. Investimentos Imobiliários	47.164	47.968
. Empréstimos	8.115	7.944
Total do Plano Básico	603.593	576.221
Plano Misto		
. Fundos de Investimentos	281.707	255.006
. Empréstimos	5.676	5.792
Total do Plano Misto	287.383	260.798
Plano de Gestão Administrativa - PGA		
. Fundos de Investimentos	13.810	12.993
Total do Plano de Gestão Administrativa	13.810	12.993
Total de Investimentos	904.786	850.012

*Em 22/07/2013 a BASES, transferiu sua posição de ações da GTD (166.500 ações ON e 166.500 ações PN), integralizando no BNY MELLON GTD FIP, subscrevendo 73,26 cotas no BNY MELLON GTD Fundo de Investimentos em Ações.

Administração e custódia dos investimentos – Os fundos de investimentos da BASES são administrados pelo Banco Bradesco S.A., empresa contratualmente responsável pelos trabalhos de Administração Fiduciária, Custódia e Controladoria dos Ativos da Entidade. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados- CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC.

Conforme decisão da Diretoria Executiva, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as debêntures não conversíveis, com vencimento em 01 de março de 2000, tendo em vista que a Feniciapar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Fundamentado em estudo de ALM – Asset Liability Management, a Entidade mantém aplicações financeiras em títulos classificadas como títulos mantidos até o vencimento, que correspondem a 61,79% em 31/12/2015 (59,16% em 2014), e classificadas como para negociação, que correspondem a 38,21% em 31/12/2015 (40,84% em 2014). Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos investimentos.

a) Certificados Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos

Títulos para negociação	Custo Total	Vencimento			2015 Total	2014 Total
		Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos		
PLANO BÁSICO						
Fundos de Investimento						
FIDC	1.223	1.224	-	-	1.224	700
Fundos- RF	14.243	14.243	-	-	14.243	22.507
Fundos- FIP	52	52	-	-	52	100
CDBPS	6.965	18.501	-	-	18.501	16.233
CDB-Pos Su	3.153	6.101	-	-	6.101	5.349
CDB-C Sub	414	415	-	-	415	-
Debêntures	4.960	740	2.647	-	3.387	5.541
LF-Pos	14.150	-	15.565	-	15.565	1.814
LF-LFSN	28.612	-	29.563	-	29.563	14.448
NTN-B	326.319	-	15.063	388.904	403.967	351.340
NTN-C	1.030	-	-	1.469	1.469	1.449
Operações compromissadas	13.862	-	13.862	-	13.862	65.702
Subtotal Fundos de Investimento	414.983	41.276	76.700	390.373	508.349	485.183
Certificados Privados e Depósitos						
CDB Caixa	39.665	-	39.966	-	39.966	35.126
Total do plano	454.648	41.276	116.666	390.373	549.315	520.309

Títulos para negociação	Custo Total	Vencimento			2015 Total	2014 Total
		Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos		
PLANO MISTO						
Fundos de Investimento						
FIDC	618	618	-	-	618	280
Fundos- RV	7.778	7.778	-	-	7.778	11.659
CDB	230	230	-	-	230	-
CDB-Pos Sub	5.716	15.211	-	-	15.211	13.342
CDB-C Sub	1.941	3.756	-	-	3.756	3.293
Debêntures	943	323	735	-	1.058	1.609
LF-Pos	7.850	-	8.626	-	8.626	1.066
LFS/LFSN	12.712	-	13.104	-	13.104	3.497
NTN-B	172.753	-	23.273	187.640	210.913	169.566
NTN-C	441	-	-	629	629	621
Operações compromissadas	19.784	19.784	-	-	19.784	50.073
Total do plano	230.766	47.700	45.738	188.269	281.707	255.006
Total dos planos previdenciais	685.715	88.976	162.404	578.642	830.022	775.315
Plano de Gestão Administrativa						
Bradesco F. I. REF DI FED Extra	13.810	13.810	-	-	13.810	12.994
Total do plano	13.810	13.810	-	-	13.810	12.994
Total dos títulos	699.525	102.786	162.404	578.642	843.832	788.309

b) Ajuste de Precificação de Ativos

Em consonância com Resolução MPS/CNPC a Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29/09/2008, alterada pela nº 16 de 19/11/2014, e conforme Instrução PREVIC nº 19 de 04/02/2015, no encerramento do exercício de 2015 a Entidade estabeleceu o Ajuste de Precificação dos Ativos como procedimento para apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, que corresponde à diferença entre o valor contábil desses títulos e o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual na respectiva avaliação atuarial, Plano Básico (5,00%) e o Plano Misto (4,75%). O valor apurado (negativo) da precificação dos ativos de R\$ 7.508 (Plano Básico) e de R\$ 7.192 (Plano Misto), estão apresentados nas “Informações Complementares” do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios conforme quadros abaixo:

Natureza do ativo	Bradesco FI Multimercado FEB BD- Plano Básico					
	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	51	154	189	(22)	167
NTN-B	15/08/2020	1.607	4.069	4.519	214	4.733
NTN-B	15/08/2022	1.610	4.068	4.516	294	4.810
NTN-B	15/08/2050	1.780	5.404	6.830	(979)	5.851
NTN-B	15/08/2030	22.379	61.546	76.787	(7.015)	69.772
TOTAL		27.427	75.241	92.841	(7.508)	85.333

Natureza do ativo	Bradesco FI Multimercado FEB II CD- Plano Misto I					
	Vencimento	Qtde	Custo histórico de aquisição	Valor contábil	Ajuste	Valor ajustado
NTN-B	15/08/2050	61	184	226	(18)	208
NTN-B	15/08/2020	778	1.970	2.188	126	2.314
NTN-B	15/08/2022	780	1.971	2.188	173	2.361
NTN-B	15/08/2050	1.005	3.030	3.731	(298)	3.433
NTN-B	15/08/2050	1.120	3.400	4.298	(471)	3.827
NTN-B	15/08/2040	4.480	12.789	16.130	(1.212)	14.918
NTN-B	15/08/2030	6.056	16.655	20.779	(1.442)	19.337
NTN-B	15/08/2030	7.030	19.334	24.121	(1.674)	22.447
NTN-B	15/08/2040	8.779	25.061	31.609	(2.376)	29.233
TOTAL		30.089	84.394	105.270	(7.192)	98.078

O ajuste de precificação não é objeto de registro contábil.

c) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos das aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, deduzido do montante as depreciações acumuladas pelo método linear, às taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens, e estão assim distribuídos:

Plano Básico	2015	2014
Alugueis e Rendas		
. Locados a Patrocinador	26.636	27.043
. Locados a Terceiros	13.588	13.845
. Alugueis a Receber	81	65
Rendas de Participações		
. Shopping Center	3.005	3.069
. Complexo Hoteleiro	3.854	3.946
Total de Investimentos Imobiliários	47.164	47.968

De acordo com a legislação vigente, em junho/2014 foram procedidas as reavaliações dos imóveis pertencentes à Carteira de Investimentos Imobiliários do Plano Básico, elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP. O registro contábil da reavaliação foi realizado em Julho/2014.

8. PERMANENTE (PGA)

	2015	2014
Bens Móveis		
Móveis e Utensílios	172	192
Máquinas e Equipamentos	131	15
Equipamentos de Informática	41	27
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	8	10
Software	62	1
Sistema de Segurança	6	7
Total de bens móveis	420	252
Bens Imóveis		
*Imóvel de Uso Próprio	643	657
Total de bens imóveis	643	657
Total do Permanente	1.063	909

De acordo com a legislação vigente, em junho/2014 foi procedida a reavaliação do imóvel pertencente ao PGA, elaboradas pela AVALIATEC Engenharia de Avaliações e Consultores Ltda – EPP. O registro contábil da reavaliação foi realizado em Julho/2014.

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes dos planos, conforme apresentados a seguir:

	2015	2014
Plano Básico		
Benefícios a pagar	177	177
Retenções a recolher	87	68
Outras exigibilidades	167	96
Total do Plano Básico	431	341
Plano Misto		
Benefícios a pagar	2.862	2.787
Retenções a recolher	4	7
Outras exigibilidades	123	84
Total do Plano Misto	2.989	2.878
Total Exigível Operacional – Gestão	3.420	3.219

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2015	2014
Despesas de pessoal	598	533
Retenções a recolher	56	50
Fornecedor	36	24
Outros	8	6
Total do Exigível Operacional - Gestão Administrativa	698	613

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

	2015	2014
Plano Básico		
Investimentos imobiliários (Seguros a pagar)	11	-
Retenções a recolher (IOF empréstimos participantes)	2	1
Total do Plano Básico	13	1
Plano Misto		
Retenções a recolher (IOF empréstimos participantes)	4	1
Total do Plano Misto	4	1
Total do Exigível Operacional - Investimentos	17	2

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

	2015	2014
Plano Básico		
Provisão		
. Aposentadoria por tempo de contribuição (a)	1.177	1.137
. Benefícios previdenciários (b)	2.167	2.167
Total do Plano Básico	3.344	3.304
Provisão		
. Benefícios previdenciários (b)	493	493
Total do Plano Misto	493	493
Total do Exigível Contingencial da Gestão Previdencial	3.837	3.797

A BASES constitui seu exigível contingencial fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas, cuja previsão de desfecho seja apresentada como de “provável” perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda, é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

(a) Aposentadoria por tempo de contribuição

Valor correspondente aos processos impetrados por participantes pleiteando obtenção do benefício de gozo ou suplementação de aposentadoria.

(b) Provisões benefícios previdenciários

Montante relativo às ações ajuizadas por participantes assistidos pleiteando suplementação da aposentadoria por motivos diversos, restituição de valores históricos descontados, expurgos inflacionários, etc. Nestes casos, a BASES efetuou as provisões obedecendo aos critérios pertinentes.

13. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – INVESTIMENTOS (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Plano Básico		
Provisão		
. Imposto de Renda - dívida ativa (MP 2222/01)	17.074	17.074
Total do Plano Básico	17.074	17.074
Plano Misto		
Provisão		
. Imposto de Renda - dívida ativa (MP 2222/01)	6.529	6.529
Total do Plano Misto	6.529	6.529
Total do Exigível Contingencial de Investimentos	23.603	23.603

Em 30.07.1991 a BASES ajuizou a Ação Declaratória nº 91.00.04230-7, distribuída ao juízo da 7ª Vara Federal de Salvador, para que fosse reconhecida a sua imunidade tributária. Em 25.08.1992, a BASES ajuizou Medida Cautelar Incidental à referida Ação Declaratória, a fim de efetivar depósitos judiciais dos tributos questionados em juízo, o que, de fato, passou a ser realizado, a partir de 06.10.1992.

A Entidade desistiu dos processos, após a publicação da Medida Provisória 2222/2001 como regra para aderir ao RET- Regime Especial de Tributação que anistia juros e multas tendo em vista a compreen-

são da maioria dos tributaristas de que não seria reconhecida a imunidade dos fundos de pensão, bem como havia entendimento de que o período de 1992 a 1996 teria decaído, fazendo com que a BASES adotasse medidas judiciais cabíveis para levantar o saldo dos depósitos.

O levantamento dos depósitos referente ao período supracitado foi questionado pela Receita Federal do Brasil (RFB), com alegação de que os depósitos judiciais impedem a decadência do período, tendo a RFB autuado a Entidade no valor de R\$52.678 mil, através de DARF, para pagamento em 31.08.2012. Neste sentido, a BASES, após consulta e orientação de escritório especializado na área tributária, apresentou pedido de revisão do auto de infração, sem adentrar no julgamento quanto à legalidade do crédito tributário, requerendo a Revisão do Método de Apuração, ajustando-o aos ditames legais e ao entendimento já manifestado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN sobre o tema.

Em 03.09.2012 houve, por parte da Procuradoria da Fazenda Nacional, o ajuizamento da Execução Fiscal, sendo que, só em 06.10.2013, a BASES foi citada, apresentando defesa, dentro do prazo legal, 11.10.2013, a Exceção de Pré-executividade e oferecimento das garantias, em imóveis R\$ 42 milhões, e o restante, caso a justiça aceitasse, em depósito judicial. A Fazenda Nacional apresentou resposta, ao juízo, em 04.11.2013, porém a BASES só foi intimada a se manifestar em 14.01.2014, respondendo ao juízo em 24.01.2014. A Entidade manteve em 2015 o mesmo valor de 2014, R\$23.603, conforme orientação do Escritório contratado. No momento os autos encontram-se conclusos, a BASES aguarda a decisão do Juízo.

Apesar de os consultores jurídicos entenderem que a expectativa de perda desta ação é possível, em face às incertezas inerentes ao assunto discutido no processo a Administração da BASES julgou ser razoável constituir provisão para perda neste montante.

14. PATRIMÔNIO SOCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

14.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item “i”.

A reserva de contingência é acumulada até atingir o limite de 25% (vinte e cinco por cento) dos valores das provisões matemáticas, conforme legislação vigente.

O patrimônio de cobertura dos planos apresenta a seguinte composição:

	2015	2014
PLANO BÁSICO		
Provisões Matemáticas		
. Benefícios concedidos	540.747	488.499
. Benefícios a conceder	41.107	61.295
Total das Provisões Matemáticas	581.854	549.794
Superávit Técnico Acumulado		
. Reserva de Contingência	5.887	10.475
	5.887	10.475
Fundos		
. Fundo de Investimentos	40	65
	40	65
Total do Plano Básico	587.781	560.334

	2015	2014
PLANO MISTO		
Provisões Matemáticas		
. Benefícios concedidos	84.768	76.709
. Benefícios a conceder		
Contribuição Definida		
Saldo de contas – Parcela Patrocinador	20.488	18.450
Saldo de contas – Parcela Participantes	107.564	98.679
Benefício Definido	57.183	46.689
Total das Provisões Matemáticas	270.003	240.527
Superávit Técnico Acumulado	8.435	11.437
. Reserva de Contingência	8.435	11.437
Fundos		
. Fundo Previdencial	-	227
. Fundo de Investimentos	1.002	843
	1.002	1.070
Total do Plano Misto	279.440	253.034
Plano de Gestão Administrativa		
Fundos		
. Fundo Administrativo	14.476	13.482
Total do PGA	14.476	13.482
Total do Patrimônio Social	881.697	826.850

Abaixo descrevemos as premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de 2015 e 2014:

	2015	2014
PLANO BÁSICO		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 13%)	AT-2000 (desagravada em 13%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 5%	Light Forte agravada 100%
Taxa de juros anual	5%	5%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Crescimento salarial	Nulo	Nulo
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
PLANO MISTO		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 13%)	AT-2000 (desagravada em 13%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 5%	Light Forte agravada 100%
Taxa de juros anual	4,75%	4,75%
Nível de inflação anual	IGPM	IGPM
Crescimento salarial	Não aplicável	Não aplicável
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83

A Administração entende que as premissas e hipóteses atuariais são adequadas e estão consistentes com os anos anteriores, com exceção, da tábua de entrada em invalidez, que, após testes de aderência efetuados pelo atuário, teve seu agravamento alterado de Light Forte agravada em 100% para Light Forte agravada em 5%.

Em março de 2015, conforme parecer JM/0646/2014, do Atuário Externo e manifestação favorável do Conselho Deliberativo a Entidade efetuou a reversão do Fundo de Sobras de Contribuição Patronal (fundos previdenciais), constituído no Plano Misto, referente às contribuições Patronal que não puderam ser resgatadas pelos participantes que se desligaram.

Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,90% sobre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura a eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras do Custeio Administrativo, adicionado ao rendimento dos recursos administrativos, deduzidas as despesas administrativas e constituição ou reversão das contingências administrativas.

A Administração entende que as premissas e hipóteses atuariais são adequadas e estão consistentes com os anos anteriores, com exceção, da tábua de mortalidade geral e tábua mortalidade de inválidos, que, após testes de aderência efetuado pelo atuário, concluiu pela utilização da AT-2000 (desagravada em 13%) e pela AT-83, por estas apresentarem aderência aos planos de benefícios previdenciais.

O Fundo de Sobras de Contribuição Patronal (fundos previdenciais), constituído no Plano Misto, refere-se às contribuições dos Patrocinadores que não puderam ser resgatadas pelos participantes que se desligaram dos seus respectivos planos previdenciais.

Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,90% so

15. COBERTURA DE SEGURO

É política da BASES manter cobertura de seguros para os investimentos imobiliários e bens do permanente por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da BASES encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Avaliação Atuarial Extraordinária

Em 2015 foi realizada uma avaliação atuarial extraordinária no Plano Básico com base em 31/05/2015, em virtude de ter sido observada uma inconsistência no cálculo do Salário Real de Benefício – SRB, resultando na elevação da estimativa de pagamentos de Benefícios a Conceder pelo referido Plano. A diferença apurada através da utilização da nova base de dados cadastrais, já considerando os ajustes efetuados no cálculo do Salário Real de Benefício – SRB, posicionada em 30/04/2015, acarretou uma redução de R\$ 14.348 nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder do Plano.

Cenário Econômico

Observamos na economia brasileira o esgotamento de condutores como o consumo, que antes impulsionaram o crescimento do país, onde o nível de preços se manteve em patamar elevado diante de um mercado de trabalho apertado, câmbio depreciado e inflação próxima do teto da meta (6,41%).

Em 2014 o PIB ficará próximo de zero, devido à política econômica implementada nos últimos anos, sendo que, as atenções continuam voltadas para as diretrizes de política econômica adotadas a partir de 2015. Nesse contexto, o Banco Central voltou a subir os juros em outubro passado, encerrando o ano com a SELIC em 11,75%.

O mercado de ações foi influenciado pela volatilidade devido ao cenário eleitoral, onde a bolsa apresentou o pior desempenho entre as aplicações financeiras, com queda de 2,91% no ano. O resultado foi muito afetado pelo mau desempenho da Petrobras. “Com seus preços bem baixos, é uma excelente opção de longo prazo, pois em algum momento do futuro, a economia deverá voltar ao seu ritmo normal, propiciando grande valorização destas ações”.

Os mercados em 2015 em função de algumas variáveis e incertezas sobre a economia e a política no Brasil deverão continuar bem voláteis. O câmbio deverá ficar pressionado, em função da piora da balança comercial e de pagamentos, e intenção do governo de favorecer as exportações.

Resultado dos Investimentos

Em dezembro de 2015 os investimentos consolidados da BASES atingiram o montante de aproximada-

mente R\$ 893 milhões, conforme a seguinte distribuição: 92,99% no segmento de renda fixa; 0,01% no segmento de Investimentos estruturados, 5,27% no segmento Imobiliário, e 1,73% no segmento de empréstimos a participantes.

Desempenho dos Planos de benefícios administrados pela Bases em 2015

Os investimentos da Bases, somados os dois planos de benefícios, atingiram, no final de 2015, o valor aproximado de R\$ 893 milhões. Em comparação ao mesmo período de 2014, houve uma evolução líquida de cerca de R\$ 55 milhões.

Do total consolidado dos investimentos, cerca de R\$ 289 milhões correspondem ao Plano Misto. A evolução, quando comparada a dezembro de 2014, foi de aproximadamente R\$ 27 milhões.

O valor consolidado referente ao Plano Básico corresponde a R\$ 604 milhões do total dos Investimentos. Nesse plano a evolução líquida, em relação ao mesmo período do ano de 2014, girou em torno de R\$ 28 milhões.

Rentabilidade

Em 2015, diante da desestabilização dos cenários macroeconômicos externo e interno, não foi possível bater a meta atuarial em nenhum dos dois planos. O Plano Básico (BD) obteve uma rentabilidade de 12,16%, enquanto sua meta atuarial (INPC + 5%) foi de 16,84%. O Plano Misto (CD) obteve uma rentabilidade de 12,62% com o fechamento da meta atuarial (de IGP-M + 4,75%) no ano de 15,79%.

No caso do Plano Básico, um dos motivos foi o descasamento entre o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

O IPCA, índice oficial de inflação no país, baliza o rendimento das NTN-B's, que é o título público mais utilizado pelas entidades de previdência para aplicar em renda fixa. Já o INPC corrige a maior parte dos passivos dos planos, principalmente os mais antigos, do tipo Benefício Definido (BD).

Em 2015, o IPCA variou 10,67% e o INPC 11,28%. Quando o INPC é mais alto que o IPCA, como ocorreu, o compromisso futuro dos fundos aumenta mais do que a rentabilidade obtida com os papéis do governo.

No caso do Plano Misto, nosso desempenho foi impactado pela alta expressiva do IGP-M no segundo semestre do ano.

Em nosso caso não ocorreram mudanças no conservadorismo da gestão dos investimentos, que continua a privilegiar o segmento renda fixa, que contempla cerca de 93% da carteira consolidada da BASES. O restante dos investimentos está distribuído entre os segmentos de estruturados, de imóveis e empréstimos a participantes.

A estratégia adotada possibilitando que os pela Fundação é acompanhada e reavaliada constantemente, eventuais desvios sejam corrigidos e que as mudanças no ambiente econômico sejam refletidas na Política de Investimentos, permitindo assim a boa condução da gestão dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, garantindo que os benefícios futuros sejam cumpridos.

Todo esse acompanhamento reflete numa gestão transparente voltada ao objetivo primordial da BASES que é instituir e operar planos de benefícios previdenciários, destinados aos empregados, e seus beneficiários, dos Patrocinadores da Entidade, promovendo o bem-estar social dos seus destinatários. Superar as metas atuariais é condição primordial quando se fala em gestão de investimentos. Garantir um conforto financeiro aos seus participantes, tornou-se uma luta diária da BASES que vem desempenhando este papel de forma vitoriosa ao longo de sua história.

Transferência do gerenciamento dos planos previdenciais

Em junho de 1999, ocorreu leilão para privatização do Banco do Estado da Bahia – BANEBA, tendo sido o mesmo adquirido pelo Banco Bradesco. A partir do ano de 2000, o principal patrocinador dos Planos de Benefícios da BASES passou a manifestar a intenção de retirada do patrocínio tendo sido impetrado processo administrativo contra tal intenção.

Em 07 de julho de 2006 foi publicada a Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 481, datada de 06 de julho de 2006, determinando a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios da BASES para o Multipen-

sions Bradesco, solicitada por este em 16 de novembro de 2005. Essa Portaria veio a ser anulada posteriormente por cerceamento de defesa, reabrindo o processo para manifestação da BASES.

Após as manifestações da BASES, contrárias a transferência de gerenciamento, foram editadas novas Portarias pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, de nºs 1.383 e 1.384, datadas de 07 de agosto de 2007, autorizando, novamente, a transferência de gerenciamento.

Em março de 2008, a BASES ajuizou Ação Cautelar, obtendo liminar, posteriormente confirmada por sentença, que suspendeu os efeitos das Portarias 1.383 e 1.384 até julgamento definitivo da Ação Anulatória também ajuizada pela BASES.

Em setembro de 2015, a PREVIC – Secretaria de Previdência Complementar, atendendo à solicitação do MultiPensions Bradesco, encaminhou à BASES o Ofício de nº 2395/CGTR/DITEC/PREVIC definindo que a Entidade procedesse, em 30 (trinta) dias, a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios, com a alegação de que não havia impedimento processual para o cumprimento das Portarias n.º 1383/2007 e 1384/2007.

Ciente de estar amparada por argumentos que estão de acordo com a legislação, a BASES interpôs, no dia 24 de setembro de 2015, uma Cautelar Inominada no Tribunal Regional Federal – 1ª Região pedindo a anulação da determinação imposta pela Previc, de modo a salvaguardar os direitos da Entidade e de seus Participantes. O Desembargador deferiu a favor da BASES, determinando que aquele Órgão se abstenha de exigir da Fundação a transferência, para o MultiPensions Bradesco, do gerenciamento dos Planos de Benefícios Previdenciários.

Paralelamente à Ação Cautelar, a BASES interpôs Recurso Administrativo junto à Superintendência de Previdência Complementar pedindo reconsideração da decisão contida no Ofício 2395/CGTR/DITEC/PREVIC.

O MultiPensions Bradesco ingressou, no dia 13 de outubro de 2015, com um Agravo Regimental, e a Previc interpôs Embargos de Declaração, no dia 16 de outubro de 2015, contestando a decisão do Desembargador. Ambos estão pendentes de julgamento.

A Entidade continua aguardando decisão referente à Ação Cautelar, que tramita na 7ª Vara Federal e em paralelo no TRF 1ª Região, ambas em grau de recurso.

Dirlene Rios da Silva
Presidente
CPF-248.135.755-87

Jorge Luiz de Souza
Diretor Administrativo Financeiro
CPF-100.822.555-04

Luiz Cassimiro Lopes de Araujo
Contador-CRC/BA-11236/O-0
CPF-178.290.895-15

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
FUNDAÇÃO BANES DE SEGURIDADE SOCIAL -BASES

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BANES DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº 8) e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da "Entidade" é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar- CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles Internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da "Entidade". Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, por plano de benefício, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e individual por plano de benefício da FUNDAÇÃO BANES DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar- CNPC.

Salvador, 18 de março de 2016.

PERFORMANCE

AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES CRC-2BA - 00710/0

JOSÉ RENATO MENDONÇA

CONTADOR

CRC-1 BA 9.749/0-9

Parecer do Conselho Fiscal

O **CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES**, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2016, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2015, compostas do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuário e o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente   aprovação das Demonstrações Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2015.

Salvador (BA), 23 de març o de 2016.

Antonio Martins Neto
Presidente

Dijalma Pacheco dos Santos
Conselheiro

Silvadir Duarte Amazonas Pedroso
Conselheiro

Manifestação do Conselho Deliberativo

O **CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES**, no cumprimento de suas atribuições, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2016, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2015, compostas do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerçado ainda nos Pareceres do Atuário, do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, homologa a aprovação do Relatório Anual e Presta o de Contas, contidos nas Demonstrações Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2015.

Salvador (BA), 24 de març o de 2016.

Lauzimar Gomes Lima
Presidente

Ant nio Alberto Pinto Brandão de Souza
Conselheiro

Eduardo Augusto Furtado Correa
Conselheiro

Ezequiel dos Anjos
Conselheiro

José Leandro Gomes
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2015
Publicação produzida pela área de Comunicação da Fundação BASES e dirigida a seus participantes e assistidos
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Eliana Gentili (MTBA- n.º 2694)



FUNDAÇÃO BANE B DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES
Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar, Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador- BA
www.facebook.com/fundacaobases
www.bases.org.br